

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MBA – MARKETING FOR BUSINESS ADVANCEMENT

RAFAEL MAINARDES TEMPO

PLANO DE MARKETING
ESTUDO DE CASO: PROJETO ARAKUA – ATITUDE AMBIENTAL

CURITIBA
AGOSTO / 2015

RAFAEL MAINARDES TEMPO

PLANO DE MARKETING

ESTUDO DE CASO: PROJETO ARAKUA – ATITUDE AMBIENTAL

Projeto apresentado como requisito
para conclusão do MBA – Marketing
Business Advancement.
UFPR – CEPPAD

Orientadora: Prof^a Danielle M. Lucena

**CURITIBA
AGOSTO / 2015**

LISTA DE FIGURAS III

1. APRESENTAÇÃO	4
1.1. OBJETIVOS	4
1.1.2. Objetivo Geral	4
1.1.3. Objetivos específicos	4
1.2. JUSTIFICATIVA	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 PRODUTO TURÍSTICO E SUA SUTENTABILIDADE	6
2.2 ECOLOGIA	7
2.3 HISTÓRICO DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	9
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	11
2.5 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	14
2.6 RECICLAGEM	15
2.7 COLETA SELETIVA	17
2.7.1 <i>Política Nacional de Resíduos</i>	18
3. O PROJETO	21
3.1. NOME DO PROJETO	21
3.2. LOGO	21
3.3. ATITUDES ARAKUA.....	23
3.3.1. <i>Atitude Comportamental</i>	23
3.3.2. <i>Atitude Recicladora</i>	25
3.3.3. <i>Atitude Econômica</i>	25
3.3.4. <i>Atitude Verde</i>	27
3.3.5. <i>Atitude Inovadora</i>	29
3.3.6. <i>Atitude Multiplicadora</i>	29
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	31
4.1. ANÁLISE DO AMBIENTE	31
4.1.1. <i>Fatores Econômicos</i>	31
4.1.2. <i>Fatores Políticos</i>	35
4.1.3. <i>Fatores Sociais</i>	37
4.1.4. <i>Fatores Tecnológicos</i>	39
4.1.5. <i>Fatores Competitivos</i>	41

4.1.6. <i>Fatores Geográficos</i>	42
4.2. POTENCIAL DE MERCADO	49
4.3. ANÁLISE SWOT	50
4.3.1. <i>Ameaças</i>	50
4.3.2. <i>Oportunidades</i>	50
4.3.3. <i>Forças</i>	51
4.3.4. <i>Fraquezas</i>	51
4.4. MISSÃO DA EMPRESA	51
4.5. DIRETRIZES DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	51
4.6. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO	52
4.7. ESTRATÉGIA GLOBAL DA EMPRESA	52
4.8. ESTRATÉGIA FUNCIONAIS ESPECÍFICAS	52
4.8.1. <i>Produção</i>	52
4.8.2. <i>Marketing e Vendas</i>	53
4.8.3. <i>Finanças</i>	53
4.8.4. <i>Recursos Humanos</i>	54
5. PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING	55
5.1. DIAGNÓSTICO	55
5.2. PROGNÓSTICO	55
5.3. AMEAÇAS	56
5.4. OPORTUNIDADES.....	56
5.5. OBJETIVO PARA 3 ANOS	57
5.6. OBJETIVO PARA 12 MESES.....	57
6. ESTRATÉGIA	59
6.1. ESTRATÉGIA PARA 3 ANOS.....	59
6.2. ESTRATÉGIA PARA 12 MESES.....	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8. REFERÊNCIAS	64

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I – GRUPOS E CATEGORIAS DO SNUC	15
FIGURA II – DADOS DA PESQUISA DO IPEA SOBRE A TOTALIDADE DE MATERIAL RECICLÁVEL X BENEFÍCIO POTENCIAL	18
FIGURA III – NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA NO BRASIL	19
FIGURA IV – REGIONALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA NO BRASIL. ..	20
FIGURA V – LOGOMARCA DO PROJETO	22
FIGURA VI – VARIAÇÃO DO LOGOMARCA	22
FIGURA VII – IDENTIDADE VISUAL DAS ATITUDES ARAKUA	23
FIGURA VIII – MODELOS DE LEMBRETES QUE SERÃO COLOCADOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS	27
FIGURA IX – FOTOS MOSTRANDO A SITUAÇÃO ATUAL	28
FIGURA X – SIMULAÇÃO DO LOCAL COM A ATUAÇÃO DO PROJETO ARAKUA	28
FIGURA XI – DADOS BÁSICOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA	43
FIGURA XII – PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNICÍPIO DE IMBITUBA	44
FIGURA XIII – ABRANGÊNCIA DA APA DA BALEIA FRANCA	46
FIGURA XIV – SELO “ <i>LES PLUS BELLES BAIES DU MONDE</i> ”	47
FIGURA XV – VISTA AÉREA PRAIA DO ROSA	49

1. APRESENTAÇÃO

Este plano de marketing tem como objetivo apresentar uma proposta para embasar e fundamentar as estratégias do Projeto Arakua – Atitude Ambiental para que os órgãos públicos, os empresários, as associações comerciais e de moradores, a população local, os turistas e visitantes da região se identifiquem e se engajem com as ações propostas no projeto.

Inicialmente será apresentado um estudo de desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que abordará os conceitos de produto turístico e sua sustentabilidade, a importância da conscientização e da educação ambiental e por fim, as questões a respeito da reciclagem e da coleta seletiva.

Após a pesquisa será apresentado o conceito do Projeto Arakua – Atitude Ambiental e o descritivo das atitudes que são propostas para que a sociedade e os órgãos públicos e privados contribuam para a conservação da natureza, da cultura e das tradições do local.

Por fim, será apresentada a proposta de planejamento estratégico e o plano de marketing para embasar todo o conceito e fundamento do projeto. Isso potencializará o poder de convencimento dos órgãos públicos e privados a apoiarem o projeto e engajar a população local e os visitantes para participarem e multiplicarem suas ações.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Apresentar uma proposta de um piloto do Projeto Arakua na Praia do Rosa, localizada no Município de Imbituba, litoral sul do Estado de Santa Catarina com o objetivo de tornar o local um exemplo de destino turístico sustentável.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Obter o apoio dos órgãos públicos locais e estaduais, do comércio, da população e dos visitantes da região;
- Realizar um trabalho de educação ambiental com os públicos envolvidos para que as ações do projeto possam ser executadas;

- Providenciar a infraestrutura necessária para as que ações do projeto possam ser viabilizadas;
- Elaborar um relatório final completo com os resultados obtidos pelo projeto para justificar e mostrar a importância da atitude ambiental.

1.2. JUSTIFICATIVA

As questões ambientais estão em forte evidência atualmente, onde a sociedade e os órgãos públicos e privados estão timidamente começando a rever seus conceitos comportamentais em prol do meio ambiente. Com certeza a caminhada ainda é longa para garantir o futuro das próximas gerações, mas a humanidade já despertou e sabe que não pode mais ignorar os impactos que são causados com pequenos gestos e atitudes.

A escolha da Praia do Rosa, localizada ao Sul do Estado de Santa Catarina, como sugestão de local para o projeto piloto foi estratégica, pois além de ser um destino turístico conhecido internacionalmente, faz parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca e atualmente sofre com a falta da coleta seletiva e da educação ambiental de seus moradores, comerciantes e turistas da região.

Sendo assim, implementar um projeto ambiental na região poderá alavancar o turismo de forma sustentável, fortalecer a imagem da praia e do município, além ainda de se tornar um exemplo de destino turístico sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PRODUTO TURÍSTICO E SUA SUSTENTABILIDADE

“Produto turístico é um conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações” (VAZ, 1999, p. 56).

“Os componentes do produto turístico, do ponto de vista do consumidor, são as atrações do núcleo receptor, as facilidades que são oferecidas ao turista e as vias e meios de acesso” (RUSCHMANN, 1999, p. 27).

Com isso nota-se a complexidade do produto turístico, pois para que ele se destaque é necessário existir uma completa integração de todos os fatores que o compõem, sejam eles as vias de acesso, os meios de hospedagem, os atrativos turísticos, os meios de transporte, entre outros.

Fica evidente também a importância dos meios de hospedagem, na composição do produto turístico, pois sem eles o turista não teria opção de dormir e descansar no destino por ele escolhido.

Já o desenvolvimento sustentável é definido como: “É o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes (no sentido amplo), sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, 2001, p. 12).

É necessário que exista um planejamento cuidadoso e adequado para o turismo preservar o ambiente e a comunidade local. É fundamental que todos os componentes do produto turístico estejam de acordo com essa política de desenvolvimento, e não visem somente ao lucro em seus empreendimentos, e sim, à sua sustentabilidade.

Com relação aos empreendimentos, vale ressaltar a importância da existência de projetos ecológicos, que procurem minimizar os impactos ambientais negativos que possam ser causados em seu entorno, além de tentar fazer com que exista uma integração dos turistas com a cultura local, obviamente, sem afetá-la.

Além disso, uma consequência da implantação de um projeto sustentável em um produto turístico é que, além dos benefícios sustentáveis, o mesmo terá mais um diferencial com relação ao marketing turístico, pois esta preocupação passará uma ótima imagem do produto aos seus possíveis clientes, ou seja, a imagem de um destino que possui a preocupação e o interesse em ser sustentável.

2.2 ECOLOGIA

“A palavra ecologia deriva do grego *oikos*, com o sentido de casa, e *logos*, que significa estudo. Assim, o estudo do ambiente da casa inclui todos os organismos contidos nela e todos os processos funcionais que a tornam habitável” (ODUM, 1988, p. 1).

Outra definição de ecologia é o “ramo da biologia que estuda as relações que os seres vivos mantêm entre si e com tudo aquilo que os cerca, o meio ambiente” (DELTA UNIVERSAL, 1991, p. 2.662).

O estudo da relação entre os seres vivos e o meio ambiente é necessário para existência de qualquer tipo de vida no planeta, pois nenhum ser, planta ou animal, consegue viver de maneira isolada. Todos necessitam da alimentação e da reprodução para, assim, poder dar continuidade à sua espécie.

Já desde muito cedo na história humana a ecologia era de interesse prático, pois para sobreviver na sociedade primitiva, todos os indivíduos precisavam conhecer o seu ambiente, ou seja, as forças da natureza e os animais e vegetais que viviam ao seu redor.

De extrema importância na atualidade, o estudo da ecologia aumenta a compreensão do homem em relação ao mundo onde vive, além de despertar sua consciência ecológica e, com isso, passa a ter mais conhecimento sobre este assunto e conseqüentemente sobre a situação delicada do planeta Terra.

Os ecologistas possuem grande preocupação em relação ao ritmo que estão sendo consumidos os recursos naturais, como a água, o carvão, o gás e o petróleo. Segundo JÖRNO (1994), outra preocupação que os mesmos possuem é com relação ao aumento contínuo da população mundial, fato este muito danoso à estrutura ambiental do planeta, pois quanto maior for a população, maior será o consumo dos recursos naturais existentes, sendo que muitos desses recursos já

estão quase esgotados. Vale ressaltar o crescimento considerável da geração de resíduos, aumentando com isso a poluição da atmosfera, das águas e do solo.

Ainda segundo JÖRNO (1994), o ser humano tem como algumas características certas peculiaridades altamente predatórias: expansionista, luta por metas que vão muito além de suas necessidades básicas, é dirigido por impulsos absolutamente egoístas, pensando na sobrevivência de apenas uma ou duas gerações à sua frente. Para ele a espécie humana, por incrível que pareça, comporta-se como uma total aberração em termos de natureza. É uma espécie pouco ecológica.

Falar hoje sobre ecologia, portanto, é pensar em atuações econômicas, sociais e empresariais, buscando o desenvolvimento de projetos voltados à conscientização e preocupação ambiental, além de estudar e desenvolver novas tecnologias que minimizem o consumo excessivo das reservas naturais, evitando ao máximo seu esgotamento.

Nessa abordagem não haverá apenas um modelo de desenvolvimento econômico ecológico. Os modelos serão tantos quantos forem as realidades geográficas, climáticas e regionais. Cada sociedade terá de desenvolver seu sistema próprio, pois cada lugar tem suas peculiaridades.

Economias mais bem adaptadas a seus ecossistemas têm maior chance de se tornarem auto sustentáveis. E até mesmo o desequilíbrio no sistema internacional de trocas seria amenizado, beneficiando os países em desenvolvimento com uma reavaliação gradual do valor agregado a cada produto (JÖRNO, 1994).

Visto isso, é fundamental existir uma mudança de comportamento de todos os seres humanos com relação à questão ambiental, incluindo aí os governantes, empresários, donas de casa, trabalhadores, enfim, todos os que usufruem dos recursos que a Terra ainda nos proporciona. Caso contrário, chegará um dia em que a situação será irreversível, pois o ser humano foi capaz de destruir, por sua ganância e egoísmo, o seu próprio habitat natural.

2.3 HISTÓRICO DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental não é um conceito novo nem uma necessidade nova. A humanidade sempre teve que interagir responsabilmente com o meio ambiente ou enfrentar as consequências. Nos anos 1950 iniciou-se a percepção de que as reservas de água estavam seriamente ameaçadas e que a água potável estava poluída e exigia tratamento antes que pudesse ser consumida. (HARRINGTON, 2001).

“Nas décadas de 1970 e 1980, os desastres ambientais de Seveso, Bhopal, Chernobyl e Basel provocaram um dramático crescimento da conscientização ambiental em toda a Europa, a que se seguiu um crescimento igualmente dramático nos Estados Unidos, onde o vazamento de petróleo do Valdez provocou imensa irritação popular” (CALLENBACH *et al.*;1993, p. 23).

Foi preciso acontecer esses desastres ecológicos para que a humanidade começasse a perceber que é necessário interagir com o meio ambiente, e que suas atitudes, se não forem corretas, prejudicam-no gravemente. Entendeu-se também que os recursos naturais não eram infinitos, como se pensava antigamente, e que o crescimento populacional, juntamente com o desenvolvimento econômico e industrial irresponsável está acabando com o planeta.

“A Conferência sobre Biosfera realizada em Paris, em 1968, mesmo sendo uma reunião de especialistas em ciências, marcou o despertar de uma consciência ecológica mundial, assim como a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em Junho de 1972, veio a colocar a questão ambiental nas agendas oficiais internacionais” (ANDRADE *et al.*, 2002, p. 2).

Esta foi a primeira vez que representantes de governos se uniram para discutir a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causam degradação ambiental. Neste contexto os países do Sul afirmaram que “a solução da poluição não era brechar o desenvolvimento e sim orientar o desenvolvimento para preservar o meio ambiente e os recursos não-renováveis” (ANDRADE *et al.*, 2002, p.2).

Segundo HARRINGTON (2001), um dos resultados da conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Outro resultado da conferência foi a criação da Comissão Mundial sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde o relatório publicado pela mesma em 1987, *Nosso Futuro Comum - Our Common Future*, conhecido também por Relatório de Brundtland, nome da primeira-ministra da Noruega e presidente da comissão, Gro Harlem Brundtland, teve importantes efeitos.

Ainda segundo HARRINGTON (2001) esses efeitos, além de consagrarem a expressão de desenvolvimento sustentável, estabeleceram com muita clareza o importante papel que as empresas devem ter na gestão ambiental. Foram também responsáveis pela organização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 – Rio 92, e pelo reconhecimento da importância da gestão ambiental corporativa em nível internacional.

De acordo com ANDRADE (2002) os documentos resultantes da Conferência Rio 92 foram a Carta da Terra – rebatizada de Declaração do Rio, e a Agenda 21. A declaração do Rio visa a “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento.” Já a Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios para o próximo século, constituindo um plano de ação para frear o processo de degradação ambiental e transformar em realidade os princípios da Declaração do Rio.

ANDRADE (2002) afirma que neste plano de ação existem programas, subdivididos em capítulos, que tratam dos seguintes problemas: atmosfera, recursos da terra, agricultura sustentável, desertificação, florestas, biotecnologia, mudanças climáticas, oceanos, meio ambiente marinho, água potável, resíduos sólidos, resíduos tóxicos, rejeitos perigosos, entre outros.

JÖRNO (1992) conclui que certamente, depois da Rio 92, os horizontes de discussões das temáticas ambientais ampliaram-se consideravelmente, pois foi colocada para a opinião pública uma vasta agenda de problemas cuja solução exige uma revisão radical em certos conceitos e, especialmente, um novo relacionamento entre os empresários e o meio ambiente. Contudo, a Rio 92, deixou mais questões em aberto do que respostas definitivas.

ANDRADE (2002) destaca também que foi elaborada em 1991, pela Câmara de Comércio Internacional, uma Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, contendo 16 princípios relativos à gestão do ambiente, que é, para as

organizações, aspecto de importância vital para o desenvolvimento sustentável. A mesma foi mundialmente divulgada naquele ano, por ocasião da Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão do Ambiente.

“Esta Carta Empresarial considera que as organizações precisam ter consciência de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para um presente como para as gerações futuras” (ANDRADE *et al.*, 2002, p.3).

O mais importante é que a humanidade está despertando para as questões ambientais, e as pessoas já estão pensando mais no que elas podem fazer para contribuir para a preservação do meio ambiente. Isso já é um grande passo, pois para ser uma pessoa ecologicamente correta, é necessário mudar o hábito, rever os conceitos e atitudes, requerendo até mesmo certo tempo para se adaptar a esse novo estilo de vida.

De acordo com HARRINGTON (2001) “os seres humanos tendem a ignorar o que não os atinge diretamente. Muitas pessoas não ligam para a quantidade de energia que usam desde que possam pagar por ela”, pois esta é uma sociedade descartável, voltada para o consumo. As pessoas têm que se conscientizar de que colocar o lixo em um saco azul, verde ou cinza para que possa ser reciclado e conservar os recursos é necessário, porém não é o suficiente.

Por isso, a humanidade levará certo tempo para ter realmente uma consciência ecológica, e serão necessárias muitas campanhas de conscientização e sensibilização para que todos ajam, em todos os sentidos, de forma exemplar perante o meio ambiente.

2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo HAMMMES (2002) o grande avanço tecnológico e o constante aumento da produção em escala mundial, potencializou a capacidade de degradação ambiental. Na década de 1960 surgiram manifestações sobre o fim dos recursos naturais, e previsões trágicas a respeito do colapso ambiental ocasionado pelo crescente e indevido consumo gerado pelo homem no meio ambiente.

HAMMMES (2002) afirma ainda que o reconhecimento do impacto ambiental, originado pelas mais diversas atividades econômicas, ganhou dimensão mundial somente em 1972, em Estocolmo, onde a Organização das Ações Unidas – ONU –

promoveu a *Primeira Conferencia sobre o Meio Ambiente*, na qual se atribuiu à educação ambiental um papel estratégico na superação da crise ambiental, recomendando o treinamento de professores e o desenvolvimento de novos recursos instrucionais e métodos. Os objetivos e princípios norteadores foram estabelecidos em 1977, na *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, mais conhecida como *Conferência Tbilisi*, promovida pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Saúde, e pelo Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente – Pnuma.

Segundo RODRIGUES (1997). Nessa Conferência de *Tbilisi*, realizada na Geórgia, foram conceituados, através de cinco palavras, os principais objetivos da Educação Ambiental, sendo eles:

- Consciência: adquirir consciência do meio ambiente global e sensibilização por essas questões;
- Conhecimento: vivenciar diversidade de experiências e compreensão do meio ambiente, e vontade de participar ativamente em sua melhoria e proteção;
- Atitudes: adquirir valores sociais, profundo interesse pelo ambiente, e vontade de participar ativamente em sua melhoria e proteção;
- Habilidades: desenvolver aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais;
- Participação: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas de resolução dos problemas ambientais.

Após estas conferências, a concepção sobre o meio ambiente mudou, começando a serem focados também outros aspectos, não só os físicos e biológicos, mas também enfocando o meio social, econômico e cultural, considerando a existência de interação de todos os aspectos no processo educativo.

Nesta conjuntura, as práticas propostas pela educação ambiental seriam uma maneira de reverter este processo de degradação, protegendo o patrimônio natural e utilizando da melhor forma possível os recursos naturais, mudando conceitos e buscando meios em todas as áreas para quebrar os paradigmas ambientais.

“Entre muitas formas de definir educação ambiental destaca-se duas: uma dimensão dada ao conteúdo em prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (ALEGRETTI, 2001, p.194).

Ou seja, o autor afirma que é de extrema necessidade combater os impactos que estão agredindo diretamente o meio ambiente. E também é preciso muita consciência, união e cooperação de todos os seres humanos para que o meio ambiente seja tratado como um assunto de fundamental importância.

Portanto, a chamada questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, relaciona-se com o meio físico-natural. O homem sempre dependeu dele para garantir sua sobrevivência, e em nenhum momento de sua história a humanidade viveu sem o auxílio deste meio. O seu uso, como base material de sustentação da existência humana, bem como as alterações decorrentes deste uso, é tão antigo quanto a própria existência do homem no planeta Terra.

Segundo LEFF (2001), os valores ambientais espalham-se pela abrangência em diferentes meios, não só através dos processos educacionais formais, como também em processos que buscam efeitos educativos por meio da informalidade. Esses valores vão desde princípios ecológicos gerais, obtidos com o direto comportamento do ser humano em total harmonia com a natureza, como também os de uma nova ética política, com valores ambientais que se expressam sobretudo nos projetos de educação não-formal, realizados por grupos ecológicos com as comunidades, vinculado a defesa de seu meio à apropriação social da natureza e à autogestão de seus recursos de produção. A partir destes novos valores surge a educação ambiental popular.

O que a Educação Ambiental procura levar para as pessoas é a compreensão da necessidade de mudanças do atual padrão de comportamento utilizado pela sociedade humana, informando meios de reverter esta situação através de práticas inovadoras, levando em consideração a linguagem local, os códigos culturais e o comportamento de determinados locais ou regiões.

2.5 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, “o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto a forma de proteção e usos permitidos”. O SNUC foi proposto em 1989 e após várias discussões para se chegar a um consenso, ele foi sancionado somente em 18 de julho de 2000, promulgado na Lei nº. 9.985 e tendo sua regulamentação efetivada pelo Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002.

Segundo COSTA (2002, p. 28) os objetivos gerais do SNUC são:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Segundo GANEM (2007), as unidades de conservação do SNUC foram divididas em dois grupos com características específicas: unidades de proteção integral, nas quais o objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais e unidades de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

FIGURA I – GRUPOS E CATEGORIAS DO SNUC

GRUPO	CATEGORIA
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica
	Reserva Biológica
	Parque Nacional
	Monumento Natural
	Refúgio da Vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Floresta Nacional (FLONA)
	Reserva Extrativista (RESEX)
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva Particular do Patrimônio Cultural (RPPC)

FONTE: Adaptado SNUC.

A Área de Proteção Ambiental (APA), objeto desse estudo, é definida pelo Ministério do Meio Ambiente como “área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas”.

2.6 RECICLAGEM

De acordo com a redação do *site* Ambiente Brasil, reciclagem é “um processo industrial que converte o lixo descartado (matéria-prima secundária) em produto semelhante ao inicial ou outro. Reciclar é portanto economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora”. Para os organizadores do *site* “a palavra reciclagem foi introduzida ao vocabulário internacional no final da década de 1980, quando foi constatado que as fontes de petróleo e outras matérias-primas não renováveis estariam se esgotando. Reciclar significa: *Re* (repetir) + *Cycle* (Ciclo)”.

Para melhor entender o porquê da reciclagem é necessário primeiro esclarecer que nem tudo o que se joga fora é realmente “lixo”.

“Todo e qualquer resíduo resultante das atividades diárias do homem na sociedade. Estes resíduos são, basicamente, sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, madeiras e outras substâncias descartadas de forma consciente” (CASTILHOS, 1999, p.15).

Isso é o que não pode acontecer nos dias de hoje, quando as pessoas não têm muita preocupação em separar o lixo, nem em saber qual é o destino que é dado ao mesmo. Segundo a redação do *site* Ambiente Brasil, o primeiro passo é esclarecer para a população que o lixo é uma fonte de riqueza, e que para ser reciclado ele deve ser separado. “Ele pode ser separado de várias maneiras, sendo a mais simples, separar o lixo orgânico do inorgânico (lixo molhado / lixo seco)”.

Portanto é fundamental esclarecer esta questão para a sociedade, fazer com que ela compreenda a importância da coleta seletiva.

“Coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros, metais, e orgânicos, previamente separados na fonte geradora” (VILHENA, 1999, p. 6). Isso é o que deveria ocorrer em todos os setores da sociedade, desde as grandes empresas e indústrias até as pequenas residências.

Ainda segundo VILHENA (1999), algumas das vantagens proporcionadas pela coleta seletiva são: redução de custos com a disposição final do lixo; aumento da vida útil dos aterros sanitários; diminuição de gastos com remediação de áreas degradadas pelo mau acondicionamento de lixo (Ex: lixões clandestinos); educação / conscientização ambiental da população; diminuição de gastos com limpeza pública e melhoria das condições ambientais e de saúde pública do município.

É importante ressaltar que as preocupações com a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos representam, porém, apenas uma parte do problema ambiental. Vale lembrar que a geração de resíduos é precedida por uma outra ação impactante sobre o meio ambiente - a extração de recursos naturais.

Para tentar auxiliar na educação da população, o Ministério do Meio Ambiente criou o conceito dos Cinco R's, que devem priorizar a redução do consumo e o reaproveitamento dos materiais em relação à sua própria reciclagem. São eles:

- Reduzir;
- Repensar;
- Reaproveitar;

- Reciclar;
- Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Os cinco R's fazem parte de um processo educativo que tem por objetivo uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos. A questão-chave é levar o cidadão a repensar seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e o desperdício.

Para que isso venha a ocorrer é necessário trabalhar a educação ambiental da população para que ela se sensibilize com esta causa e comece a agir a favor do meio ambiente. Essa conscientização não deve se restringir somente à população, e sim expandir-se para todos os setores da sociedade, principalmente as grandes empresas e indústrias que geram uma quantidade maior de resíduos. Isso para que a humanidade não chegue ao ponto de dividir espaço com o lixo nas ruas, nas praças, em casa, na escola, no trabalho, etc.

2.7 COLETA SELETIVA

Para existir a reciclagem é necessário que antes aconteça a coleta seletiva dos resíduos gerados. De acordo com WALDMAN E SHCNEIER (2000), coleta seletiva é separação dos materiais que genericamente fazem parte do chamado lixo, composto por materiais de fração seca como vidro e papel, e de fração molhada como restos de comida e por materiais inaproveitáveis que são denominados rejeitos, como etiquetas adesivas, fotografias e lâmpadas e pneus. Estes materiais do lixo são separados no lugar em que foram gerados, mediante um acondicionamento distinto para cada componente.

Desta forma os resíduos precisam ser separados na fonte para que cada tipo de resíduo seja destinado de maneira correta para a reciclagem. Para facilitar essa compreensão o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criou a Resolução CONAMA nº275 de 25 de abril de 2001:

Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

- Azul: papel/ papelão
- Laranja: resíduos perigosos;
- Vermelho: plástico;
- Branco: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
- Verde: vidro;
- Roxo: resíduos radioativos;
- Amarelo: metal;
- Marrom: resíduos orgânicos;
- Preto: madeira;

- Cinza: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

De acordo com o estudo sobre esse assunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010), o Brasil perde anualmente 8 bilhões por não reciclar.

FIGURA II – DADOS DA PESQUISA DO IPEA SOBRE A TOTALIDADE DE MATERIAL RECICLÁVEL X BENEFÍCIO POTENCIAL

Materiais	Benefícios gerados pela reciclagem (RS/t)	Benefício atual (RS 1.000/ano)	Benefícios potenciais (RS 1.000/ano)
Aço	88	387.200 – 387.200	89.232
Alumínio	2.941	473.501 – 952.884	488.206
Papel e papelão	241	148.215 – 877.963	1.671.094
Plásticos	1.107	357.561 – 1.064.934	5.826.141
Vidro	18	1.404 – 8.460	19.980
Total		1.367.881 – 3.291.441	8.094.653

FONTE: IPEA. “Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos”. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_aprespsau.pdf>. Acesso em: 22.4.15.

Com esses números fica claro a importância da coleta seletiva, tanto para minimizar o acúmulo de resíduos nos lixões, mas principalmente, na receita e geração de emprego que essa atividade representa.

2.7.1. Política Nacional dos Resíduos Sólidos

Em 2010 foi aprovada a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, (Lei 2.305/10) e o seu decreto regulamentador (Decreto 7.404/10). O Ministério do Meio Ambiente descreve a importância da aprovação dessa lei:

A preocupação com os resíduos vem sendo discutida há algumas décadas nas esferas nacional e internacional, devido à expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente. Assim, a complexidade das atuais demandas ambientais, sociais e econômicas induz a um novo posicionamento dos três níveis de governo, da sociedade civil e da iniciativa privada.

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral na busca de soluções para os problemas na gestão resíduos sólidos que

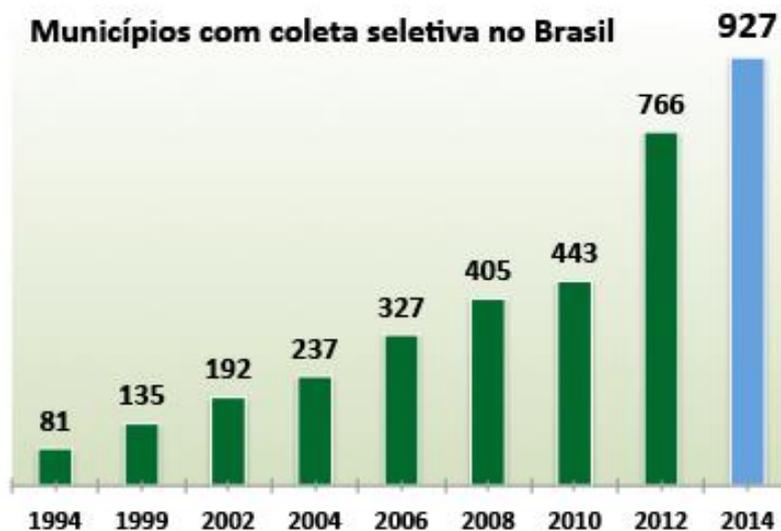
comprometem a qualidade de vida dos brasileiros. A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos qualificou e deu novos rumos à discussão sobre o tema.

A partir de agosto de 2010, baseado no conceito de responsabilidade compartilhada, a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – passou a ser responsável pela gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Agora o cidadão é responsável não só pela disposição correta dos resíduos que gera, mas também é importante que repense e reveja o seu papel como consumidor; o setor privado, por sua vez, fica responsável pelo gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos, pela sua reincorporação na cadeia produtiva e pelas inovações nos produtos que tragam benefícios socioambientais, sempre que possível; os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na PNRS.

A busca por soluções na área de resíduos reflete a demanda da sociedade que pressiona por mudanças motivadas pelos elevados custos socioeconômicos e ambientais. Se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e podem ser utilizados em forma de novas matérias primas ou novos insumos. A implantação de um Plano de Gestão trará reflexos positivos no âmbito social, ambiental e econômico, pois não só tende a diminuir o consumo dos recursos naturais, como proporciona a abertura de novos mercados, gera trabalho, emprego e renda, conduz à inclusão social e diminui os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

De acordo com pesquisa realizada pelo Compromisso Empresarial de Reciclagem – CEMPRE (2014), 927 municípios brasileiro (cerca de 17% do total) operam seus programas de coleta seletiva.

FIGURA III – NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA NO BRASIL



FONTE: CEMPRE. " Ciclossoft 2014, Radiografando a Coleta Seletiva". 2014. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/2>>. Acesso em: 25.4.15

Ainda de acordo com a pesquisa, mais de 80% dos municípios estão localizados na região sul e sudeste do país.

FIGURA IV – REGIONALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA NO BRASIL



FONTE: CEMPRE. ” **Ciclossoft 2014, Radiografando a Coleta Seletiva**”. 2014. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/2>>. Acesso em: 25.4.15

Esses números demonstram a evolução do cenário da coleta no Brasil, aumentando a esperança de que esses números sejam potencializados e que todos os municípios possam oferecer esse serviço para sua população e que esta, por sua vez, esteja disposta a colaborar com a política dos 5Rs e a separação dos resíduos em sua origem.

3. O PROJETO

O **Projeto Arakua – Atitude Ambiental** busca despertar e conscientizar os moradores, visitantes e turistas da Praia do Rosa, local escolhido para a realização do projeto piloto, para um “novo conceito comportamental”, cujo objetivo principal é mostrar para os indivíduos como é possível cada um reduzir os impactos ambientais que causa na natureza.

Para representar o projeto foi realizada uma pesquisa para encontrar um nome que tivesse um significado forte e objetivo e a comunicação visual deveria estar associada com o meio ambiente, além ainda de ser atrativa, simpática e impactante.

Atitudes ambientais foram criadas para orientar as pessoas de como proceder para que a mudança comportamental faça parte de suas vidas.

3.1. O nome do projeto

De acordo com o Dicionário Dooley / Mbya Guarani citado por UFSC (2008) a palavra **Arakua**, do tupi guarani (pronuncia-se arakuá), significa **comportar-se corretamente**.

O nome em tupi guarani foi utilizado para que o projeto esteja intimamente ligado com as raízes dos nossos antepassados e o seu forte significado para representar o que as pessoas devem realmente fazer para serem ecologicamente corretas.

Desta forma, ao utilizar-se de um nome diferente, com identificação nacional e com um significado intimamente ligado com o contexto, o projeto já nasce forte, com o seu conceito explícito já em seu nome.

3.2. O logo

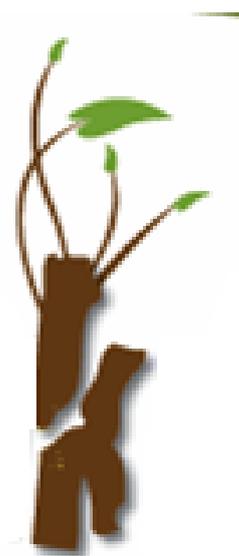
O logo, junto com o seu nome, buscam representar a essência do projeto: 1) colocar seu nome em evidência; 2) ter elementos que o associe automaticamente com o meio ambiente; 3) ser atrativo, simpático, impactante e de fácil memorização; e 4) ter um elemento principal em sua composição que consiga representar o meio ambiente e o conceito do projeto (letra “k”).

FIGURA V – LOGOMARCA DO PROJETO



FONTE: Projeto Arakua – Atitude Ambiental

FIGURA VI – VARIAÇÃO DO LOGOMARCA



FONTE: Projeto Arakua – Atitude Ambiental

A variação proposta na FIGURA VI (acima), tem como objetivo ser o principal elemento de comunicação do projeto, pois ele está localizado no centro da logomarca e representa em sua figura o meio ambiente, através do tronco da árvore,

e ao mesmo tempo tentar identificar o conceito do projeto, mostrando que mesmo machucada (tronco serrado) a árvore ainda tem vida (folhas verdes).

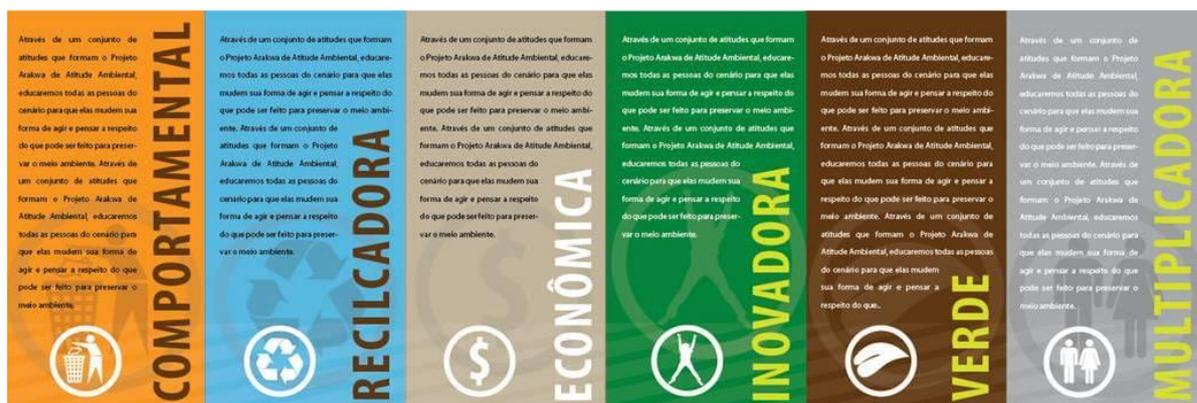
Desta maneira é possível fazer uma analogia com o estágio atual de degradação do meio ambiente, aonde esta mais do que evidente que o ser humano esta acabando com a natureza, porém, se houver uma mudança de comportamento em massa, a situação ainda pode ser revertida ou pelo menos desacelerada.

3.3. Atitude Arakua

Para mostrar como os participantes podem colaborar com o projeto e serem ecologicamente corretos, foram criadas, inicialmente, **6 Atitudes Ambientais** que buscam orientar e dar dicas de como pequenas mudanças comportamentais de cada um pode fazer a diferença no somatório geral.

As 6 atitudes são a base do Projeto Arakua, sendo que cada uma delas é explorada através de uma temática específica, baseada em conceitos atuais que trabalham os principais pontos ambientais da atualidade.

FIGURA VII – IDENTIDADE VISUAL DAS ATITUDES ARAKUA



FONTE: Projeto Arakua – Atitude Ambiental

3.3.1. Atitude Comportamental

“Comportar-se corretamente para estar sempre em harmonia com o meio ambiente”.

Esta é a principal atitude do projeto, pois ela é a válvula propulsora das demais atitudes. Para que ela se torne realidade é necessário que a pessoas revejam seus conceitos e estejam dispostas a mudá-los para ficarem em harmonia com o meio ambiente.

Este é o principal desafio do projeto, despertar a atitude ambiental nos indivíduos para que eles tenham vontade de mudar, nem que para isso seja necessário abrir mão de certas comodidades que temos no dia a dia.

Essa “nova” forma de se comportar não é uma tarefa fácil, pois acarreta uma mudança nos valores individuais, por exemplo: porque uma pessoa vai deixar de ir de carro para o trabalho se ela tem a comodidade e condição financeira de se deslocar em seu próprio veículo? Ou, porque ela vai deixar de tomar um banho demorado se ela tem condições de pagar a conta de água no final do mês?

Mudar esses exemplos de pensamentos individuais é a grande sacada para o sucesso do projeto, pois as pessoas tem que se identificar com esse “novo” modelo de comportamento, e acima de tudo, se sentirem bem em fazer sua parte ao contribuir para que os impactos ambientais sejam reduzidos consideravelmente.

Para isso a esta atitude busca sensibilizar e despertar a atitude ambiental nas pessoas, através de exemplos simples e práticos que cada um pode fazer para ajudar na preservação do meio ambiente.

Utilizando-se de exemplos do dia a dia e com uma linguagem de fácil interpretação, e ainda fazendo comparações para facilitar a visualização do problema, a Atitude Comportamental é muito dinâmica, pois esta sempre em constante atualização para se adaptar as novas tendências e idéias que surgem para favorecer a preservação do meio ambiente.

Por exemplo: não adianta somente falar para as pessoas que deixar uma torneira pingando (pouco mais de uma gota por segundo em média) durante um dia desperdiça, de acordo com o Instituto Akatu – AKATU, cerca de 46 litros de água. É necessário ilustrar que a torneira não for consertada, 46 litros de água por dia estarão sendo desperdiçados. O que corresponde a um pouco mais de 2 garrações de 20 litros de água (aqueles que as pessoas compram para poder beber água potável em casa). Essa alusão com o garrafão de 20 litros de água, por exemplo, facilita a associação do desperdício versus a água potável que é consumida e faz a pessoa parar para pensar que esse desperdício pode ser evitado não deixando uma torneira pingando. Outro ponto é mostrar que este desperdício pode gerar uma economia nos gastos com a conta de água, mexendo assim no “bolso” de cada um.

Esse exemplo pode facilmente migrar para outras vertentes, como por

exemplo: os problemas do consumo excessivo de luz, gás, na geração de lixo, nos cuidados com a preservação de áreas verdes, etc.

O objetivo principal da Atitude Comportamental é sensibilizar e mostrar para as pessoas através desses exemplos práticos e de fácil associação e memorização, que pequenos gestos, boa vontade e disciplina podem beneficiar o meio ambiente.

3.3.2. Atitude Recicladora

“Realizar a gestão de todos os resíduos que são gerados.”

Ligada a um dos principais temas ambientais da atualidade, a Atitude Recicladora busca enfatizar e mostrar a importância do conceito dos **5R's**, apresentados no capítulo da Reciclagem.

Além dessa apresentação conceitual a ideia é mostrar na prática, através dos treinamentos que serão ministrados para a comunidade, as seguintes questões:

- dicas de como reduzir o consumo;
- mostrar a importância da coleta seletiva para o meio ambiente e para o município;
- mostrar quais materiais podem ser reciclados;
- como deve ser feita a separação dos resíduos e como armazená-los;
- ensinar técnicas de compostagem (restos de comida se transformam em adubo);
- separação do óleo de cozinha para ser transformado em sabão;
- definir os dias de coleta do lixo (lixo comum X lixo reciclável X óleo de cozinha);
- sugerir o consumo de produtos ecologicamente corretos;
- etc.

Além de ensinar a população e os empresários locais, o Projeto Arakua prevê ainda a criação de uma **cooperativa**, formada por moradores locais, para realizarem a gestão dos resíduos gerados na Praia do Rosa. Será fornecido todo o suporte profissional, galpão de trabalho, os equipamentos necessários e as autorizações ambientais para a abertura da cooperativa.

3.3.3. Atitude Econômica

“Minimizar ao máximo o desperdício de água, energia, gás e combustível.”

Esta atitude tem 2 objetivos principais: mostrar a importância de economizar os recursos naturais e ensinar para a comunidade dicas de como esses recursos podem ser economizados.

Para isso serão realizados treinamentos específicos para mostrar que além de colaborar com o meio ambiente, a economia desses recursos naturais pode diminuir também as contas de água, luz, gás e combustível. Nesses treinamentos serão demonstrados que os desperdícios podem parecer pequenos (exemplo da torneira pingando, citada na Atitude Comportamental), mais se forem considerados em períodos de 1 mês ou até mesmo 1 ano, eles se tornam representativos.

Além de mostrar que esses recursos podem ser economizados, será evidenciado também os benefícios que essa economia pode trazer para o cidadão, pois se ele economizar água e luz, ele vai gastar menos dinheiro para pagar as contas desses serviços.

Serão criadas campanhas específicas para cada um dos recursos, sendo que elas serão lançadas em etapas, para que a população tenha condições de assimilar o objetivo da campanha e não se confunda com a grande quantidade de informações lançadas ao mesmo tempo. Por exemplo: serão ofertados brindes para quem apresentar as contas de água e luz com redução de consumo durante os meses.

Serão disponibilizados adesivos com lembretes para serem posicionados em locais estratégicos, fazendo com que as pessoas não se esqueçam de apagar a luz quando saírem de um recinto, por exemplo.

FIGURA VIII – MODELOS DE LEMBRETES QUE SERÃO COLOCADOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS



FONTE: Projeto Arakua – Atitude Ambiental

3.3.4. Atitude Verde

“Valorizar e criar novos espaços com áreas verdes.”

A Atitude Verde busca incentivar e ensinar para a população local a importância da preservação da vegetação nativa e ainda realizar um levantamento do complexo Sócio-Ambiental da Praia do Rosa e o levantamento das espécies nativas da região., conforme descrito abaixo:

1) Levantamento do Complexo Sócio-Ambiental

Ação: Projeto de Identificação e Construção da Memória do Patrimônio Sócio-Ambiental da Praia do Rosa.

Modalidades: registro fotográfico (construções, espécies nativas, patrimônio histórico-cultural) – Ilustração Científica (fauna e flora) – registros iconográficos (entrevistas com personagens locais).

Objetivos: (1) contribuir com a preservação da memória sócio-ambiental local; (2) favorecer as políticas públicas em relação ao desenvolvimento sustentável por meio de ações pró-ativas; (3) subsidiar projetos educativo-culturais

Público-alvo: a comunidade e o poder público locais.

Duração: 3 anos.

2) Levantamento de Espécies Nativas

Ação: Projeto de Identificação de Componentes Ecosistêmicos da Praia do Rosa.

Objetivos: (1) construir conhecimento ambiental, tendo em vista a identificação do patrimônio natural da Praia do Rosa; (2) subsidiar tomadas de decisão futuras em termos de políticas públicas; (3) contribuir com o conhecimento científico necessário a planos de recuperação e preservação do patrimônio natural local.

Público-alvo: a comunidade e o poder público locais.

Duração: 2 anos.

Para exemplificar como é possível preservar a mata nativa, foi feita uma montagem para ilustrar como uma área degradada pelo mau uso (no caso estacionamento indevido de veículos) pode voltar a ser uma área verde.

FIGURA IX – FOTOS MOSTRANDO A SITUAÇÃO ATUAL



FONTE: Arquivo Pessoal

FIGURA X – SIMULAÇÃO DO LOCAL COM A ATUAÇÃO DO PROJETO ARAKUA



FONTE: Arquivo Pessoal / Projeto Arakua – Atitude Ambiental

3.3.5. Atitude Inovadora

“Sempre buscar novas formas de praticar a sustentabilidade.”

Até agora o objetivo das atitudes apresentadas eram ensinar e mostrar para as pessoas o que elas podem fazer para colaborar com o meio ambiente.

A Atitude Inovadora busca incentivar o lado criativo das pessoas, ao abrir um **canal de informação** aonde quem faz a notícia é o cidadão. Com esse canal de informação as pessoas poderão dizer, mostrar, comentar, sugerir e discutir qualquer forma de ação que venha a somar para que o meio ambiente seja preservado, além ainda de poder opinar sobre as ações executadas pelo Projeto Arakua.

O compartilhamento de informações e ideias só tendem a somar com o projeto, desde a obtenção de novos itens nas atitudes propostas como até na inserção de novas atitudes.

A ideia é que as pessoas possam fazer qualquer tipo de comentário, desde uma simples sugestão (ex.: colocar balde de água para reservar a água do chuveiro enquanto ela não esquenta) até novas invenções que possam otimizar o consumo de algum recurso natural.

3.3.6. Atitude Multiplicadora

“Se tornar um agente multiplicador deste “novo” modelo de comportamento”.

O objetivo da Atitude Multiplicadora é fazer com que a população local tenha vontade e se sinta bem em pulverizar o conceito do Projeto Arakua. Quanto mais as pessoas estiverem engajadas com o projeto, mais elas sentirão prazer em passar o que aprenderam com o projeto para outras pessoas.

Além disso, as pessoas que a principio não estiverem dispostas a colaborar com o projeto, ao verem as pessoas engajadas, passando a ideia para frente, podem ser sensibilizadas da importância ou até mesmo aderirem por se sentirem excluídas do movimento.

A ideia é que os visitantes e turistas fiquem impressionados com a forma que a Praia do Rosa e seus moradores se comportam perante o meio ambiente, e que através dos materiais gráficos do projeto (ver plano capítulo do plano de marketing) elas possam levar isso adiante, isto é, mostrar para os vizinhos de sua cidade, familiares, amigos, colegas de trabalho, etc.

Este seria o cenário ideal para o projeto, aonde as pessoas por iniciativa própria fizessem a divulgação do Projeto Arakua para sua rede de contatos, pelo simples fato de terem se identificado pelo projeto, e além de se tornarem ARAKUA no dia a dia, passassem a iniciativa para frente.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A seguir será apresentado o planejamento estratégico do **Projeto Arakua – Atitude Ambiental** para o período de 2015 – 2018.

4.1. ANÁLISE DO AMBIENTE

Para embasar e auxiliar na definição do plano estratégico do projeto, além de aumentar consideravelmente suas chances de sucesso, foi elaborado um estudo do ambiente externo e interno que envolvem o Projeto Arakua.

4.1.1. Fatores Econômicos

Movidos sempre pelo objetivo de crescer economicamente, órgãos públicos e privados vivem agora o grande desafio de conciliar essa busca obstinada pelo desenvolvimento aliados com a preservação ambiental e os problemas sociais enfrentados em cada região do planeta.

De acordo com SPITZCOVSKY (2009), as crises financeira e ambiental que enfrentamos no mundo apontam para a necessidade de um novo modelo de cultura e economia. É preciso substituir o “momento dos bens materiais” por uma fase mais sustentável, em que os aspectos sociais, ambientais e culturais possam nortear o desenvolvimento da sociedade.

Esta mais que evidente que uma mudança é necessária, que a obstinação em crescer e produzir cada vez mais já não condiz com a realidade. Tanto isso é verdade que o principal indicador de crescimento econômico dos países, o Produto Interno Bruto (PIB) esta sendo questionado. Segundo PRADO (2009) o PIB é um indicador que basicamente, contabiliza o que foi produzido internamente em termos de bens e serviços – sem distinção entre o que é benéfico ou não para a sociedade e/ou o meio ambiente – e serve de instrumento de comparação macroeconômica entre as nações.

O grande problema deste indicador é que ele não mede o quanto as nações impactam o meio ambiente para crescer economicamente (aumentar o PIB), sem falar ainda, sobre as condições sociais que suas populações enfrentam no dia a dia, isto é, se elas têm acesso à educação, trabalho, alimentação, qualidade de vida, etc.

Em resumo, o PIB não reflete necessariamente o nível de bem estar de sua população.

Segundo PRADO (2009), esta medida foi questionada pela primeira vez já na década de 70, pelo próprio criador do PIB, Simon Kuznets, e vem sendo debatida cada vez mais: em Palermo, em 2004; em Milão, em 2006; em Istambul, em meados de 2007 e em Bruxelas no final do mesmo ano.

Ainda segundo a PRADO (2009), “a intenção é encontrar instrumentos mais eficientes para medir o progresso, a riqueza e o nível de bem-estar dos países, e que levem em conta não apenas questões econômicas, mas também sociais e ambientais e deem atenção a assuntos como saúde, pobreza, mudanças climáticas e diminuição dos recursos naturais, entre outros.”

Com a revisão do principal indicador econômico atual - o PIB, será bem mais fácil identificar as nações que conseguem ter um desenvolvimento sustentável – ou próximo disso – daquelas que apenas estão preocupadas em crescer sem se preocupar com o meio ambiente e sua população.

A onda verde, além de estar influenciando uma revisão nos conceitos referentes aos indicadores econômicos mundiais, já desencadeou novos índices no mercado da bolsa de valores e fundos de investimentos.

Segundo VIÉGAS (2007) a mostra mais eloqüente de que a sustentabilidade representa um novo parâmetro de competitividade entre empresas de todo o mundo é a disputa pelo índice da bolsa de Nova York, o Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI), que foi o primeiro indicador de companhias sustentáveis abertas, criado em 1999. Viégas comenta ainda que em 2007, cerca de 2.500 empresas se inscreveram para tentar figurar no índice, mas apenas 318 foram aprovadas.

Para CARDEAL *et al.* (2009) o DJSI é utilizado para a análise de investidores mundiais sócio e ambientalmente responsáveis e destina-se a orientar gestores de carteiras. Sendo que o índice é revisado anualmente e baseia-se na análise de dados econômicos corporativos, desempenho ambiental e social, avaliação de questões como governança corporativa, gestão de risco, suavização da mudança climática, padrão para cadeia de abastecimento e práticas trabalhistas

Segundo CAMARGOS (2006) a visibilidade adquirida pelo DJSI deu origem a outros índices de sustentabilidade mundo afora. Em 2001 foi criado o *FTSE4good Global*, da bolsa de Londres, e em 2003 o *Socially Responsible Index*, da bolsa de

Johanesburgo, na África do Sul. No mundo todo, empresas de diversos setores vêm se empenhando para fazer parte da carteira de índices de sustentabilidade, como o DJSI. O principal objetivo dessas companhias é tornar-se mais atrativas para os fundos que investem em empresas tidas como socialmente responsáveis.

No Brasil a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) também criou em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e um dos primeiros bancos a apostar nessa onda de investimentos verdes foi o Banco Real ABN Amro, que criou, em 2001, o Fundo Ethical (HOLANDA, 2007).

Além dos índices citados acima, segundo BRANDÃO (2008) existem outros fundos de investimento com esse perfil no mercado financeiro, sendo que alguns têm boa rentabilidade em relação aos índices da Bovespa, outros acumulam rentabilidade negativa no ano. Mesmo assim, a tendência de crescimento desses fundos é irreversível. Alguns exemplos citados pela Ana Brandão são: BB Top Ações ISE, BI Investimentos ISE, Bradesco FIA ISE, Caixa FI Ações ISE, HSBC FIA ISE, Itaú Excelência Social Ações FI, LEGG Mason Ações Sust. Empr., Safra ISE FI Ações e Unibanco Sust. FIA.

De acordo com HERZGOV (2009), “uma pesquisa da consultoria Mercer patrocinada pelo IFC, braço privado do Banco Mundial, aponta que nos mercados emergentes o investimento em fundos considerados sustentáveis quintuplicou nos últimos cinco anos e chegou a 52 bilhões de dólares em 2008. Das 12 gestoras de ações apontadas pelo relatório como modelo em países emergentes, três são brasileiras: Rio Bravo, ABN Amro* e HSBC. * A ABN Amro, no Brasil controlava o Banco Real que, desde 2007, pertence ao Grupo Santander.”

É claramente perceptível as mudanças que os impactos ambientais estão causando na economia mundial, tanto na discussão sobre a utilização do PIB, como nos índices de sustentabilidade criado pelas bolsas de valores que prestigiam as empresas ecologicamente corretas. Essas transformações fazem com que a população mundial ainda tenha esperança de uma mudança de postura, comportamento e atitude dos órgãos governamentais e privados em sua relação com a natureza.

Já no âmbito empresarial, segundo o AKATU (2009) referente a pesquisa realizada pela Deloitte – “Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro” mostra que:

A adoção de práticas sustentáveis já está se impregnando em todas as etapas da cadeia produtiva. As empresas têm sido requeridas a mudar seus portfólios de produtos ou processos de produção por exigência de clientes ou consumidores, por questões de sustentabilidade. Os controles ambientais, assim como as exigências legais, também têm impacto importante sobre as atividades e a preocupação das empresas com a implantação de medidas sustentáveis”. A pesquisa evidencia também que “a sustentabilidade é um fator fundamental na escolha ou seleção dos fornecedores, com um amplo conjunto de práticas exigidas por parte das empresas no momento de contratá-los”.

Desta maneira fica evidente também que as empresas privadas já estão se preparando para atender as novas necessidades de sobrevivência do mercado verde.

De acordo com Lala Deheinzelin citado por LOUETTE (2007).

Evoluímos em saltos e estamos no meio de um deles. Um salto enorme, pois marca a transição de séculos (milênios?) em que a centralidade da vida esteve organizada em torno do material, tangível, para uma época em que o intangível desempenha papel cada vez mais central. Este é, também, um momento de crise de recursos, pois terra, ouro, petróleo são finitos, esgotam-se, o que reforça o potencial que os recursos intangíveis oferecem. Conhecimento, cultura e criatividade não apenas não se esgotam, como são os únicos recursos que se renovam e se multiplicam com o uso. Divido com você uma maçã, temos metade cada. Divido com você meu conhecimento e temos o triplo: o seu, o meu e o que resultou da interação.

Enquanto o tangível/material é finito e limitado, o intangível é elástico, ilimitado, e pode ser o caminho para novos modelos inclusivos, baseados em cooperação. Quando somado às tecnologias digitais (e bits também são infinitos), temos uma pluralidade de opções colaborativas e surge um novo termo: “economia da abundância”, que pode originar modelos mais solidários de viver.

O desafio está lançado, governos e empresas privadas tem que se mobilizar e definir novas formas de manter o crescimento econômico contemplando o menor impacto ambiental possível.

Já o Projeto Arakua visa acelerar o crescimento da economia do Município de Imbituba, pois irá gerar renda para a população através da criação de postos de empregos, além de proporcionar a entrada de divisas com a atração seletiva de turistas – destino diferenciado e exemplo de sustentabilidade. O Projeto busca desenvolver o turismo da região de forma sustentável, além ainda de buscar formas de quebrar a sazonalidade características das regiões litorâneas.

4.1.2. Fatores Políticos

Em virtude da situação que o mundo vive atualmente, a força política de todas as nações se torna o principal agente responsável pela mudança de comportamento e atitude que todos os países precisam ter para que o planeta consiga sobreviver.

Toda a força necessária para que o crescimento econômico das nações aconteça de forma sustentável depende diretamente da vontade política dos líderes mundiais em querer rever suas estratégias, buscar novas oportunidades e formas de explorar os recursos naturais, e acima de tudo, ajudar os países mais pobres a se desenvolverem de forma sustentável. Se todas as nações não se unirem neste momento crítico que estamos passando, todos os povos morreram de mãos dadas, por culpa, principalmente, das grandes nações poluidoras.

Segundo PLANETA SUSTENTÁVEL (2007) “os problemas ambientais que afetam o planeta são discutidos em conferências das Nações Unidas das quais participam centenas de países. No caso do clima, a mais importante conferência mundial ocorreu em Kyoto, no Japão, em 1997.”

Ainda segundo o PLANETA SUSTENTÁVEL (2007).

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países desenvolvidos, devem reduzir suas emissões de gases do efeito estufa, principalmente CO₂ (76% do total de gases relacionados ao aquecimento global), entre 2008 e 2012, para no mínimo 5% abaixo dos níveis de emissão de 1990.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, comprometem-se a adotar medidas para que o crescimento de suas emissões seja contido, contando para isso com recursos financeiros e tecnologia dos países desenvolvidos.

O conceito adotado em Kyoto é da "responsabilidade comum, porém diferenciada", o que significa que todas as nações têm responsabilidades no combate ao aquecimento global, mas aqueles que mais contribuíram historicamente para o acúmulo de gases na atmosfera - pois iniciaram o processo de industrialização há muito mais tempo - têm obrigação maior de reduzir suas emissões. Esses países são os da União Européia, os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e outros.

Demorou para que o Protocolo de Kyoto passasse a vigorar. Isso porque, para ter validade, o documento precisava ser ratificado por nações que, juntas, produzissem 55% dos gases lançados na atmosfera em 1990. E os Estados Unidos, responsáveis por 35% do total mundial das emissões (mesmo com apenas 5% da população), desistiram do protocolo em 2001. Assim, o acordo, ratificado atualmente por 174 países, só entrou em vigor em fevereiro de 2005, após a adesão da Federação Russa.

Depois de esperar quase 08 anos para entrar em vigor, o Protocolo de Kyoto, infelizmente, está longe de realmente ser praticado. É óbvio que para reduzir as emissões de CO₂ na atmosfera, os países desenvolvidos teriam que rever toda a produção de suas indústrias, acarretando um desaceleramento econômico, fato incabível para certas nações mundiais.

Todas as nações já estão cientes do diagnóstico e do prognóstico para que o futuro da humanidade não esteja comprometido pela ganância das grandes nações. Os fatos estão aí, não tem como fingir que nada está acontecendo, pois as catástrofes naturais, a escassez dos recursos, o aquecimento global, os problemas sociais – fome, desigualdade social, acesso a educação e saúde, mortalidade infantil, etc – são problemas vivenciados praticamente todos os dias no planeta Terra.

A COP 15, segundo PRADO (2009), tem como pauta cinco eixos determinantes para o futuro da humanidade.

Na COP-13 foram estabelecidos cinco blocos de sustentação para a 15ª Conferência das Partes, que representam os pontos cruciais que devem ser discutidos e acordados entre os países. São eles:

1. Visão Compartilhada: Antes de qualquer acordo, é necessário que os países definam que haverá um objetivo global de redução de emissões, deixando claro quais são o aumento de temperatura e, especialmente, a concentração de gases de efeito estufa considerados limites. Esses números estão longe de ser um consenso até agora. Enquanto os países mais vulneráveis desejam metas rigorosas, os países que terão de arcar com a conta do aquecimento global torcem por menos rigidez.

2. Mitigação: A necessidade de cortar emissões de carbono é indiscutível. No entanto, os países em desenvolvimento argumentam que as mudanças climáticas que presenciamos atualmente se devem à concentração do carbono emitido pelos países ricos desde o início da Revolução Industrial e, portanto, apenas eles deveriam assumir metas de redução de emissão. Por outro lado, os países desenvolvidos alegam que os países do BIC (Brasil, Índia e China) vem aumentando suas emissões rapidamente e, em breve, devem superar os primeiros em volume de gases de efeito estufa lançados na atmosfera. Por isso, eles exigem que os países em desenvolvimento também se comprometam a diminuir emissões. Se o “Mapa do Caminho de Bali” for mesmo respeitado, na COP-15, a discussão deve focar mais nos auxílios financeiro e tecnológico dos industrializados destinados aos países em desenvolvimento, para que façam a mitigação sem comprometer sua economia. As regras dos mecanismos de compensação de emissões, créditos de carbono e preservação florestal, como **MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e NAMAS – sigla em inglês para Medidas Nacionalmente Apropriadas de Mitigação**, devem ser mais bem formatadas.

3. Adaptação: Os países pobres, que ironicamente menos contribuem para o aquecimento global, são os mais vulneráveis às inevitáveis alterações climáticas que já estamos presenciando e veremos se tornar cada vez mais frequentes. Eles necessitarão de recursos financeiros e tecnológicos para incrementarem sua infraestrutura e se protegerem das catástrofes que estão por vir. Atualmente, discute-se a criação de um fundo internacional de adaptação com essa finalidade.

4. Transferência de Tecnologias: Inovações tecnológicas são, cada vez mais, imprescindíveis para que possamos mudar nosso modelo de desenvolvimento para uma economia de baixo carbono, baseada, especialmente, em fontes limpas de energia, aumento da eficiência energética, substituição de combustíveis fósseis e desmatamento-zero. É preciso definir de que maneira o conhecimento tecnológico dos países desenvolvidos será transferido para os demais. Cogita-se, inclusive, a quebra de patentes para facilitar o acesso à tecnologia que pode ajudar a conter o aquecimento global.

5. Apoio Financeiro: Será fundamental que os países ricos destinem recursos financeiros para que os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos realizem

suas ações de mitigação e adaptação e desenvolvam tecnologias. Atualmente, estima-se que esse montante seja de 150 bilhões de dólares até 2030, distribuídos entre o mecanismo de NAMAS, a preservação florestal e a adaptação. A quantidade não é suficiente, estima-se que seriam necessários pelo menos o dobro de recursos. Para se ter uma ideia, para controlar a crise financeira e evitar a quebra dos bancos, 4 trilhões de dólares foram disponibilizados.

Tudo está identificado, inclusive com direcionamentos sobre o que deve ser feito. Cabe agora aos grandes líderes mundiais se unirem para rever todos os paradigmas que até agora eram seguidos. Para isso será necessário dar uma guinada radical no percurso a ser seguido, pois transformar um ambiente competitivo em um ambiente cooperativo não será uma tarefa fácil.

Com relação à execução do Projeto Arakua no Município de Imbituba, o papel político tem fundamental importância, pois sem seu apoio a execução do mesmo se torna inviável. Entretanto, trata-se de uma oportunidade única em tornar a Praia do Rosa um destino exemplar em desenvolvimento sustentável, o que irá atrair mais turistas selecionados para a região – com controle efetivo para não comprometer o meio ambiente – além de preservar a fauna e flora da região e buscar proporcionar bem estar e qualidade de vida para seus habitantes.

4.1.3. Fatores Sociais

São indiscutíveis os problemas sociais enfrentados em todas as nações, aonde problemas como a má distribuição de renda, o desemprego, a fome, a falta de condições mínimas de saúde, as doenças, acesso à educação, o saneamento básico, a poluição, a destinação do lixo, a violência, problemas no trânsito, a falta de moradia, o acesso ao lazer e cultura, entre outros fatores são cada vez mais comuns em todas as regiões do planeta.

Infelizmente esses problemas só tendem a aumentar, pois de acordo com PILLEGI (2009) sobre o “Dossiê Terra – O Estado do Planeta 2010”, lançado no dia 09/10/09 pela National Geographic Brasil.

A população mundial quadruplicou nos últimos 100 anos, a economia cresceu 14 vezes, a produção industrial 40 vezes e a área de terras irrigadas cinco vezes. E esses números não param por aí. De acordo com Matthew Shirts, redator-chefe da revista National Geographic Brasil e coordenador do Planeta Sustentável, até 2010, 50 milhões de pessoas podem ser deslocadas em razão das mudanças climáticas, podendo chegar a 200 milhões em 2050.

O aumento das demandas globais por alimentos, bens e combustíveis também pode alterar ainda mais a Terra que conhecemos hoje. “Basta citar a exorbitante marca dos

Estados Unidos, que sozinho consome o mesmo que 127 países juntos”, diz Shirts. O desenvolvimento dos países emergentes, como a Índia, também poderá engordar essa demanda, a estimativa é que 583 milhões de indianos ascendam à classe média até 2025.

Segundo ROMEIRO (2007), cerca de 3 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de 2 dólares por dia; as duas pessoas mais ricas do mundo tinham mais dinheiro que a soma do PIB dos 45 países mais pobres em 2007; 1 bilhão de pessoas - o dobro da população da União Européia, vivem em favelas ao redor do mundo e que 40 bilhões de toneladas de aparelhos eletrônicos são jogados fora a cada ano.

Esses números assustam pois evidenciam o grande desafio que temos pela frente para superar esses problemas sociais que se continuarem como estão, só tendem a piorar. Uma das grandes questões que precisa ser revista com extrema urgência é a desigualdade social, pois é inconcebível 3 bilhões de pessoas viverem com menos de 2 dólares por dia, enquanto que as duas pessoas mais ricas do mundo concentram a soma do PIB dos 45 países mais pobres do planeta.

Desta forma uma mudança de postura, comportamento e atitude dos atores envolvidos – governos, empresas privadas e a própria sociedade – serão fundamentais para que o futuro das próximas gerações não esteja comprometido.

Juntos os atores envolvidos podem mudar o futuro do planeta, baste ter coragem e vontade para reverem seus costumes, hábitos e atitudes. As atitudes que os órgãos governamentais e privados precisam fazer já foram descritas anteriormente.

Já a sociedade tem dois papéis determinantes neste processo: o primeiro é cobrar e pressionar o governo e as empresas privadas para que eles sejam realmente ecologicamente corretas. Essa cobrança pode ser feita através do boicote das empresas que não estiverem adequadas ao mercado verde ou até mesmo através de manifestações e passeatas contra decisões governamentais que não estejam alinhadas com as questões ambientais (se o governo for contra a redução de CO2 ou quiser construir uma termoelétrica ao invés de utilizar outras formas de tecnologias limpas, por exemplo).

O segundo papel mais importante da sociedade é fazer a sua parte, que é singela e por isso pode parecer até insignificante perto do papel do governo e das corporações. As ações propostas no descritivo das Atitudes Arakua são alguns

exemplos do papel que cada cidadão pode fazer para minimizar os impactos que causa no meio ambiente.

Primeiro é fundamental conseguir mostrar para a população o que é possível fazer para ajudar na preservação, isto é, dar dicas de como fazer e quais resultados ela pode esperar. Entretanto o maior desafio é sensibilizar as pessoas para que elas tenham vontade praticar essas ações em favor do meio ambiente, pois para isso, muitas das vezes elas terão que deixar a zona de conforto ou até mesmo rever costumes e valores que elas praticam a anos em suas vidas.

O Projeto Arakua realizará um trabalho focado na educação ambiental da população local, pois sem o entendimento e apoio desses atores o projeto não terá sucesso. Além de que a idéia é que eles se sintam pertencentes ao projeto e se tornem multiplicadores, ensinando e mostrando como que os visitantes podem colaborar com as ações propostas no projeto.

4.1.4. Fatores Tecnológicos

O investimento em tecnologia é um fator fundamental para que as metas e objetivos que estão sendo discutidas pelos órgãos públicos e privados e foram comentadas anteriormente, consigam ser viabilizadas. A grande maioria dos problemas enfrentados hoje em dia e que impactam o meio ambiente terão que ser revistos, e para isso, a utilização de novas tecnologias se torna imprescindível.

Seguindo esta onda, os investimentos globais de empresas de capital de risco em tecnologia verde cresceram 43% em três meses, totalizando US\$1,2 bilhão no segundo trimestre de 2009, segundo apontou relatório da Greentech. O investimento em energia solar foi o campeão com US\$330 milhões, seguido pelos segmentos de auto e transporte, com US\$202 milhões, e biocombústiveis, gaseificação e energia limpa, que angariaram US\$195 milhões. O relatório revelou ainda que outras áreas que estão recebendo investimentos: TI verde, água, mercado de carbono e monitoramento de energia e construções verdes (GREENTECH, 2009).

De acordo com DIDONÊ *et al.* (2009) são cinco os principais tipos de energia limpa – aquela que não libera (ou libera poucos) gases ou resíduos que contribuem para o aquecimento global, em sua produção ou consumo:

SOLAR

A energia luminosa do sol é transformada em eletricidade por um dispositivo eletrônico, a

célula fotovoltaica. Já as placas solares usam o calor do sol para aquecer água. Maiores produtores: Japão e EUA.

Prós: fonte inesgotável de energia; equipamentos de baixa manutenção; abastece locais aonde a rede elétrica comum não chega.

Contras: produção interrompida à noite e diminuída em dias de chuva, neve ou em locais com poucas horas de sol.

EÓLICA

O vento gira as pás de um gigantesco catavento, que aciona um gerador, produzindo corrente elétrica. Maiores produtores: Alemanha, Espanha e EUA.

Prós: fonte inesgotável de energia; abastece locais aonde a rede elétrica comum não chega.

Contras: poluição visual (um parque eólico pode ter centenas de cataventos) e, às vezes, sonora (alguns cataventos são muito barulhentos); morte de pássaros (que, muitas vezes, se chocam com as pás dos cataventos).

DAS MARÉS

As águas do mar movimentam uma turbina que aciona um gerador de eletricidade, num processo similar ao da energia eólica. Não existe tecnologia para exploração comercial. França, Inglaterra e Japão são os pioneiros na produção.

Prós: fonte de energia abundante capaz de abastecer milhares de cidades costeiras.

Contras: a diferença de nível das mares ao longo do dia deve ser de ao menos 5 metros; produção irregular devido ao ciclo da maré, que dura 12h30.

BIOGÁS

Transformação de excrementos animais e lixo orgânico, como restos de alimentos, em uma mistura gasosa, que substitui o gás de cozinha, derivado do petróleo. A matéria-prima é fermentada por bactérias num biodigestor, liberando gás e adubo.

Prós: substitui diretamente o petróleo; dá um fim ecológico ao lixo orgânico; gera fertilizante; os produtores rurais podem produzir e até vender o gás, em vez de pagar por ele.

Contra: o gás é difícil de ser armazenado.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Geração de etanol e biodiesel para veículos automotores a partir de produtos agrícolas (como semente de milho e cana-de-açúcar) e cascas, galhos e folhas de árvores, que sofrem processos físico-químicos. O Brasil está entre os maiores produtores mundiais.

Prós: substitui diretamente o petróleo; os vegetais usados na fabricação absorvem CO₂ em sua fase de crescimento.

Contra: produção da matéria-prima ocupa terras destinadas a plantio de alimentos.

Além dessas energias limpas reduzirem os impactos causados ao meio ambiente, aumentarem a eficiência energética elas ainda serão responsáveis pela criação de novos postos de trabalho. Segundo NUNES *et al.* (2009).

Até 2030, a indústria de energias renováveis e o aumento da eficiência energética podem promover 8 milhões de novos empregos no mundo. O cálculo foi feito pelo Greenpeace, em parceria com o Conselho Europeu de Energias Renováveis, e divulgado ontem, na Austrália, com o relatório “Trabalhando para o clima: energias renováveis e a revolução dos empregos verdes”.

Só no Brasil seriam cerca de 600 mil empregos, especialmente nos setores de biomassa e energia eólica. A substituição do carvão por fontes renováveis de energia pode gerar o triplo de ocupações – seriam 2,7 milhões de postos de trabalho a mais – isso sem falar na não-emissão de 10 bilhões de toneladas de gás carbônico.

A condição para chegarmos a esses números de empregos verdes está diretamente ligada com as decisões que serão tomadas em Copenhague, durante a 15ª COP –

Conferência das Partes, da ONU. A expectativa do Greenpeace é que o acordo firmado preveja uma grande redução de emissões de carbono, de modo que o aumento de temperatura no planeta não passe de 1,5° C.

Definitivamente o futuro depende completamente da capacidade de inovação e adaptação do ser humano, pois para enfrentar esse enorme desafio todos os meios energéticos, equipamentos, processos produtivos, embalagens, etc., terão que ser revistos.

4.1.5. Fatores Competitivos

O Projeto Arakua – Atitude Ambiental esta no momento certo, pois toda a atenção e os olhares estão voltados para a preservação do meio ambiente. Neste cenário o projeto se destaca e tem um importante diferencial competitivo pois irá fortalecer a imagem socioambiental tanto dos órgãos públicos quanto dos entidades privadas que apoiarem a execução do projeto.

Para o órgão público a vantagem é significativa pois o Projeto Arakua irá transformar o município em um exemplo de sustentabilidade, através da implementação de práticas ecologicamente corretas. Além disso o Projeto será ainda uma ferramenta de desenvolvimento socioambiental e cultural da região, pois as ações são todas voltadas para melhorar o bem estar e a qualidade de vida dos moradores.

Os moradores serão orientados, através de oficinas e *workshops*, sobre o que eles podem fazer para cuidar da sua região e impactar cada vez menos o meio ambiente. O objetivo dessas oficinas, além de orientar e instruir os moradores, é fazer com que eles se sintam confiantes e motivados a se tornarem multiplicadores – Atitude Multiplicadora – para ensinar e mostrar para os turistas e visitantes da região de como eles devem proceder para colaborar com o Projeto Arakua. Essa inclusão da comunidade torna o projeto participativo – Atitude Inovadora – aonde os moradores tem liberdade de expressar suas ideias e somar para que o projeto alcance sempre os melhores resultados.

Esse estreitamento da relação com os moradores é fundamental para que o município esteja cada vez mais próximo do cidadão, aumentando a sua simpatia e satisfação com a política da prefeitura.

Além dos benefícios citados acima, não se pode esquecer do fortalecimento da imagem ambiental do município, que ao trabalhar de uma forma sustentável, irá trazer mais turistas, gerando desta forma mais receitas para o município e o comércio local.

Já as empresas terão a oportunidade de associar sua marca a um projeto que realmente se preocupa com o meio ambiente e gera resultados mensuráveis de suas ações praticadas. Apoiar o Projeto Arakua é completamente diferente de você dizer que com X reais em compra a empresa planta Y árvores para neutralizar o carbono, que é o que algumas empresas fazem, por exemplo.

O Projeto Arakua se torna um meio das empresas realmente investirem em ações de desenvolvimento regional através de suas ações socioambientais e culturais. Essa ligação com o projeto fará com que o consumidor em geral, e principalmente o consumidor da região aonde o projeto for executado, simpatize com a marca e compre seus produtos, pois intrinsecamente está claro que comprando aquele produto, parte de sua verba será direcionada ao projeto. Para enfatizar e obter maiores resultados, pode ser realizada uma campanha para que fique claro para o consumidor que ele comprando o produto, X reais serão destinados ao projeto.

Essa oportunidade, de estreitar o relacionamento com o consumidor, proporciona ainda outra possibilidade: a de realizar o projeto em regiões de interesse da empresa, isto é, o projeto pode ser executado em áreas de interesse comercial ou em locais que seja necessário melhorar a imagem da companhia.

As oportunidades citadas deixam claro o diferencial competitivo do projeto, fazendo com que ele seja interessante e benéfico para todos os atores participantes, desde aquele que iram entrar com o aporte financeiro, como aqueles que serão beneficiados com as ações socioambientais que serão realizadas.

4.1.6. Fatores Geográficos

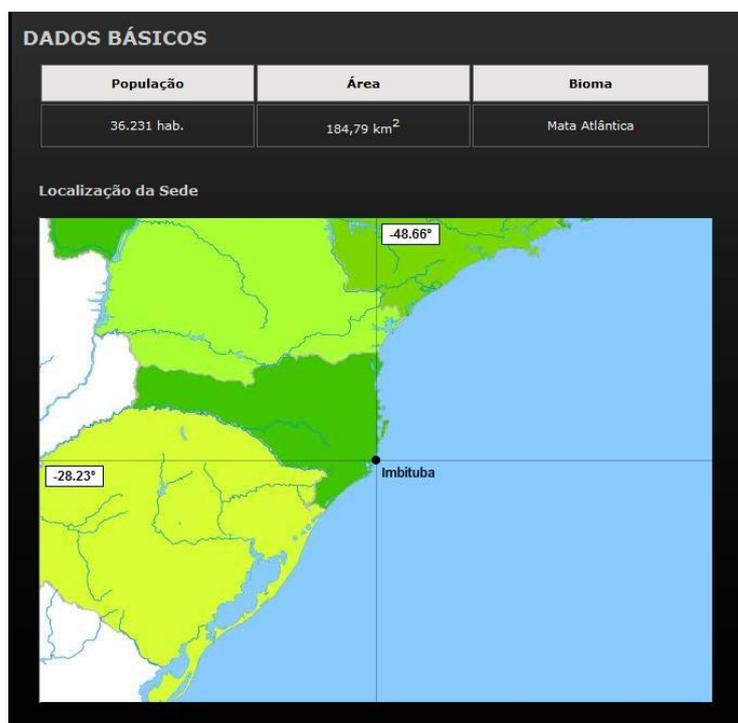
O local escolhido para a realização do projeto piloto do Projeto Arakua foi a Praia do Rosa - PdR, pertencente ao Município de Imbituba, litoral Sul do estado de Santa Catarina, Brasil.

De acordo com o EXPLORE BRASIL (2014).

Conhecida nacionalmente por seu porto, Imbituba também ficou célebre pela Praia do Rosa – a única baía brasileira a fazer parte do seito Clube das Mais Belas do Mundo. Imbituba possui nove paradisíacas praias onde se destacam internacionalmente a Praia do Rosa, Praia da Vila e Praia da Barra da Ibiraquera. A Praia da Vila desde 2004 recebe o Campeonato Mundial de Surfe (WCT), e em 2007, tornou-se sede oficial do evento. A Praia da Barra da Ibiraquera é o recanto dos velejadores. Conhecida por suas famosas ondas para a prática deste esporte, sediou em 2007 o Campeonato Brasileiro de Wind e Kite Surfe e também o Mundial de Wind Surfe. Imbituba reserva inúmeras surpresas. A cidade ganhou fama também por transformar-se, entre maio e novembro, em maternidade das baleias-francas, que vêm parir e amamentar seus filhotes em suas águas e ficam bem próximas da costa.

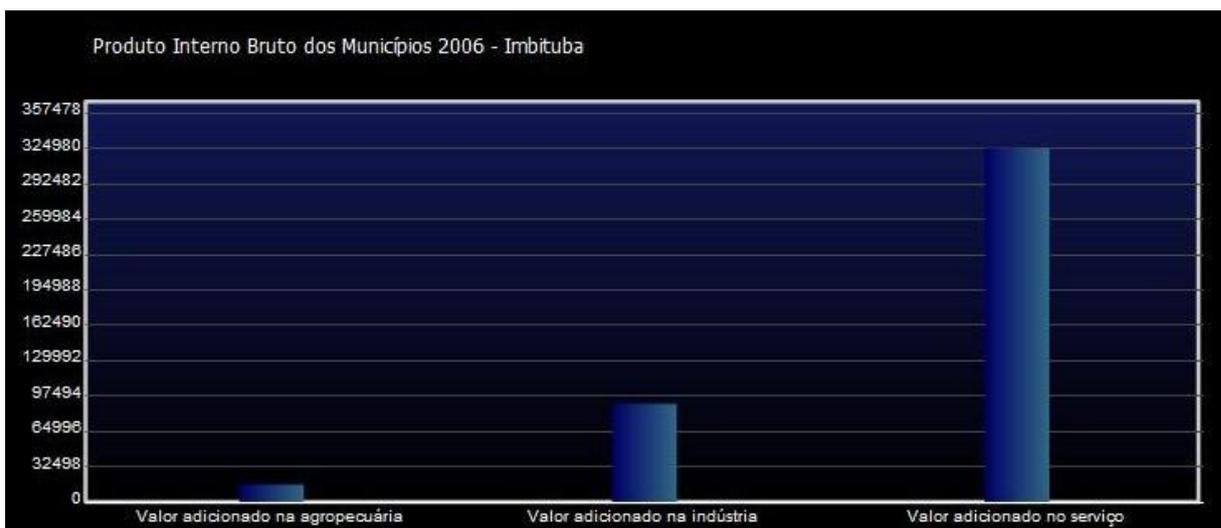
Esses foram os principais fatores que influenciaram a escolha da PdR para a realização do piloto do Projeto Arakua – Atitude Ambiental, pois além do reconhecimento da Praia do Rosa como o principal atrativo turístico da região, o município conta ainda com outras opções de atrativos que atraem e fomentam o turismo na região.

FIGURA XI – DADOS BÁSICOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA



FONTE: IBGE – Senso 2007

FIGURA XII – PRODUTO INTERNO BRUTO – MUNICÍPIO DE IMBITUBA



FONTE: IBGE – Senso 2006

Com uma população com um pouco mais de 36 mil habitantes (FIGURA XI), Imbituba vive basicamente da prestação dos serviços, evidenciando a importância do turismo para a região, pois são esses serviços (hospedagem, alimentação, transporte, etc) que fazem com que eles representem $\frac{3}{4}$ do PIB do município (FIGURA XII).

De acordo com BRUM (2009), durante a temporada de verão, ou seja, de dezembro a março, o número de turistas dobram em relação aos outros meses do ano. Em 2006 Imbituba recebeu aproximadamente 22.569 turistas, em 2007 aumentou para 29.339 e em 2008 pulou para 38.141 pessoas.

Esses números demonstram o crescimento do turismo na região, aonde a cada ano que passa mais pessoas escolhem Imbituba como destino de suas férias.

Ainda segundo BRUM (2009).

Em função da cidade apresentar um perfil para os surfista, o que temos em grande quantidade, mas diria também que as famílias estão bem presentes em função da tranquilidade que a cidade proporciona.

Fora de temporada temos um público bem diferenciado, temos o turista em setembro que vem para a observação de baleias franca, e aquele que vem para o turismo de negócios (visitação de empresas etc..) o que se dá em função do porto e das empresas que estão localizadas em nosso município.

Este perfil de público faz com que o Projeto Arakua tenha condições de atingir diferentes públicos e faixas etárias, aonde o objetivo principal será atingir as

crianças para que elas influenciem na atitude de seus pais, e os jovens surfistas para que eles se tornem os principais multiplicadores do projeto.

Imbituba faz parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, que foi proposta inicialmente pelo Projeto Baleia Franca em 1999 com o objetivo de assegurar a proteção da mais importante área reprodutiva das baleias francas em águas brasileiras. “Sua efetivação legal deu-se em 14 de setembro de 2000 por Decreto Federal, abrangendo 156.100 hectares de águas costeiras e espaços terrestres contíguos ao litoral de cerca de 130 Km de costa, de Florianópolis ao Balneário do Rincão” (PALAZZO JR *et al*).

De acordo com BRASIL, 2000.

DECRETO DE 14 DE SETEMBRO DE 2000.

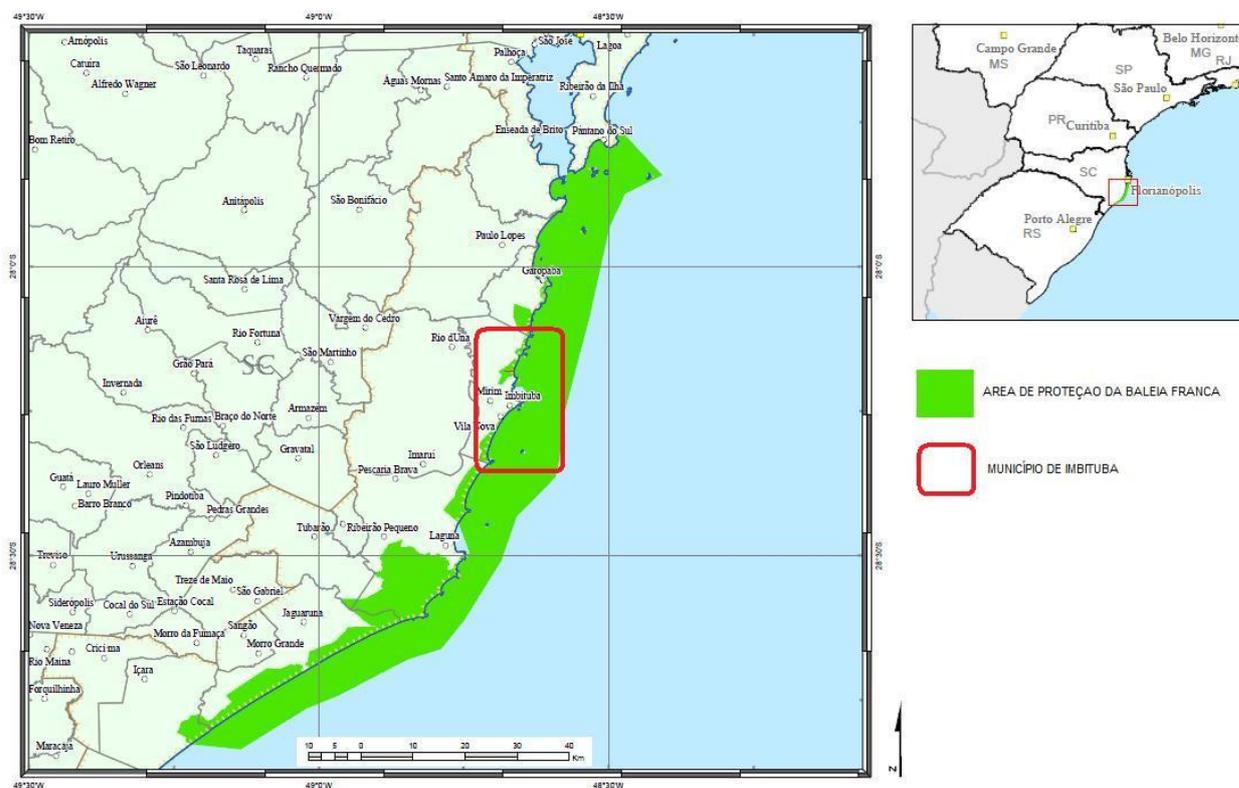
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o que consta do Processo nº 02001.001314/99-59,

DECRETA:

Art 1º Fica criada, na região costeira do Estado de Santa Catarina, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com a finalidade de proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves.

De acordo com o IBAMA, a Área de Proteção Ambiental “é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

FIGURA XIII – ABRANGÊNCIA DA APA DA BALEIA FRANCA



FONTE: IBAMA

O Projeto Baleia Franca iniciou suas atividades em 1982 com a redescoberta da população reprodutiva da espécie em Santa Catarina. Desde então, o projeto vem desenvolvendo atividades de pesquisa e monitoramento, bem como educação e conscientização públicas, visando assegurar a sobrevivência da espécie em águas brasileiras (PALAZZO JR *et al*).

O turismo de observação das baleias ajuda a quebrar a sazonalidade da demanda de turistas que geralmente procuram Imbituba somente no verão.

Segundo o Governo do Estado de Santa Catarina (2009), em 2004, apenas 335 turistas fizeram *whale watching* embarcado. Em 2008, foram 1.259, um crescimento de mais de 275% em apenas quatro anos. No mesmo período, o número de turistas brasileiros que embarcaram pela Turismo Vida Sol e Mar aumentou cerca de 24% em relação ao turista estrangeiro, evidenciando que o brasileiro descobriu o que vem sendo feito há anos no exterior.

Isso demonstra o potencial deste segmento de turismo, que deve ser explorado de maneira consciente e sustentável a fim de não comprometer a reprodução das baleias no litoral catarinense.

Além de fazer parte da APA da Baleia Franca e receber esses visitantes ilustres, a Praia do Rosa se tornou a única baía brasileira a figurar no seletor *Club des plus Belles baies Du Monde* – Clube das Baías mais Belas do Mundo, em português (SANTUR, 2014).

A Praia do Rosa é a única baía brasileira a figurar no seletor *Club des Plus Belles Baies du Monde* (www.world-bays.com), ONG com sede em Vannes, França, que conta com a chancela da Unesco.

Fundado há 10 anos, o Clube das Baías mais Belas do Mundo tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento turístico, econômico e social sustentável, através da troca de experiências entre os participantes. Atualmente, apenas 28 baías fazem parte dessa instituição e os critérios de inclusão não se restringem aos estéticos, mas também às questões referentes ao patrimônio natural e cultural.

O Rosa conquistou este título, em 2003, por fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, por ser núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, pelo projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, por suas belezas naturais e preservação ambiental.

As baías - por conta de sua configuração em arco - constituem um traçado de união simbólica entre o oceano e o continente, favorecendo o intercâmbio natural de maneira muito intensa, em particular no que se refere à fauna e à flora.

Em 2007, o Rosa atraiu a atenção da comunidade internacional, já que sediou, de 4 a 9 de outubro, o 4º Congresso Mundial deste Clube.

FIGURA XIV – SELO “LES PLUS BELLES BAIES DU MONDE”



FONTE: www.world-bays.com

Com todo esse potencial turístico, inserido em uma área que requer um cuidado especial, a Prefeitura Municipal de Imbituba – PMI, desenvolveu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, de acordo com a Lei Complementar nº 2.6230/2005, de 19 de março de 2005.

De acordo com MUNICÍPIO DE IMBITUBA (2005).

Art. 7º. O PDDSI incorpora os princípios da política urbana mediante o enfoque integrado e sistêmico na definição do modelo de desenvolvimento do município, das estratégias para a execução dos Planos Particularizados, Programas e Projetos, enfatizando a

sustentabilidade econômica, social e ambiental, segundo os seguintes Princípios:

I – De natureza geral:

- a)** integrado por estratégias, que definem e caracterizam as políticas a serem seguidas pelo Município para alcançar o desenvolvimento sustentável perseguido, as quais se subdividem em programas;
- b)** constituído em programas de atuação do Município a curto, médio e longo prazo, subdivididos em projetos;
- c)** constituído por projetos prioritários, que permitem a implementação dos programas e suas respectivas estratégias, caracterizados como resultantes das consultas populares.

II - De natureza específica, como instrumento de:

- a)** proteção e identificação do valor do patrimônio natural e cultural do município;
- b)** promoção turística, como principal atrativo econômico local;
- c)** controle da urbanização, para evitar deterioração do turismo e da qualidade do patrimônio natural e cultural, com contenção do crescimento desordenado do uso do solo, da densidade e das alturas das edificações;
- d)** estruturação espacial interna e aumento da acessibilidade entre as localidades do município;
- e)** promoção de empregos e qualidade de vida para toda a população local.

III - De natureza da gestão democrática e participativa, através:

- a)** da articulação em Regiões de Planejamento, que descentralizam seu processo de aplicação, avaliação e fiscalização;
- b)** do Sistema de Gestão, que promova a representação social dessas regiões e os setores de atividades, mediante um Conselho de Planejamento que assessora ao Executivo Municipal nas questões das Regiões de Planejamento.
- c)** da sinergia de participação aberta e diversificada, que alimenta o Sistema de Gestão e garante sua legitimidade.

Art. 8º. As Estratégias do PDDSI são:

I - Estratégia 1: IMBITUBA, CAPITAL DO TURISMO DIVERSIFICADO, que se propõe a articular as ações públicas e privadas, organizar as atividades e dotar de infra-estrutura para melhorar a oferta, de modo a promover as grandes qualidades turísticas de todo município, com um critério de sazonalização e ofertas variadas, baseado em todos os tipos de turismo - de praia, ecológico cultural, rural de aventura, e outros - de maneira a diversificar a oferta e ampliar a captação de demanda.

II - Estratégia 2: IMBITUBA, UM PORTO DE OPORTUNIDADES, que se propõe a recuperar a importância histórica, econômica e social que o Porto teve e tem para Imbituba, apostando em atividades não impactantes sobre o ambiente urbano das proximidades, como Porto Comercial e Turístico, e a ampliação de facilidades e serviços de integração da cidade e da vida cidadã em geral.

III - Estratégia 3: IMBITUBA, CRESCIMENTO COM IDENTIDADE NATURAL E CULTURAL, que se propõe a alcançar o crescimento social e econômico gerado pelas outras Estratégias, com um rigoroso processo de conservação do patrimônio natural do Município e de suas tradições culturais, assim como potencializar Imbituba como sede de eventos culturais e artísticos de nível regional, nacional e internacional.

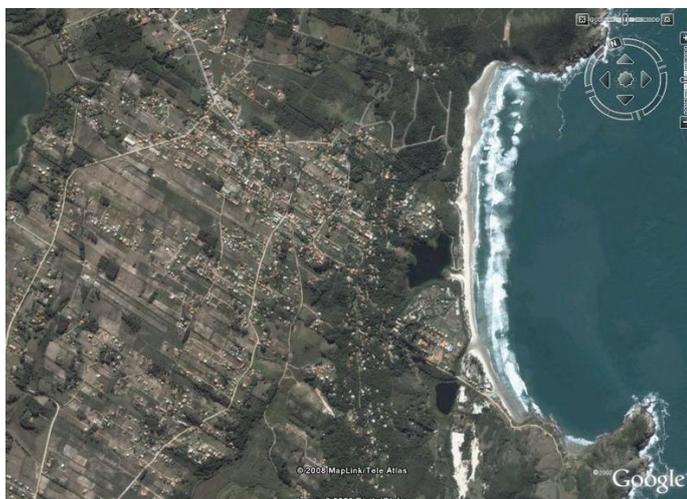
IV - Estratégia 4: IMBITUBA, MODELO DE ORDENAMENTO URBANO AMBIENTAL, que se propõe a dar suporte adequado ao manejo territorial das Estratégias, mediante Plano Regulador e Regime Urbanístico, preciso e consensuado, com os Planos Particularizados necessários nas áreas de maior demanda de crescimento urbano, com os critérios para controlar a urbanização, promover o desenvolvimento de áreas sub-utilizadas, atualizar a capacidade do sistema viário e a

mobilidade, satisfazer as demandas por equipamentos públicos urbanos e comunitários, cuidar dos recursos naturais e potencializar a integração urbanística do Porto com a cidade.

V - Estratégia 5: IMBITUBA, MODELO DE GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO, que se propõe a alcançar as finalidades de cada Estratégia, mediante um Sistema de Gestão descentralizado e participativo, contido na Parte 3 desta Lei Complementar, capaz de considerar todas as opiniões, legitimar as decisões e oferecer ao responsável político a opinião através do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI.

O fato de Imbituba ter um Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, favorece muito na implementação das ações propostas pelo Projeto Arakua, pois elas se encaixam perfeitamente nas diretrizes e estratégias do plano.

FIGURA XV – VISTA AÉREA PRAIA DO ROSA



FONTE: www.google.com

4.2. POTENCIAL DE MERCADO

Em virtude de toda a análise feita no capítulo anterior fica evidente o potencial do mercado verde no cenário mundial, sendo que a mídia e a atenção de todo o planeta estão voltados para as problemáticas ambientais.

Isso é um fator importantíssimo que favorece o Projeto Arakua, pois além de motivar, induz que todos os atores envolvidos (governo, iniciativa privada e comunidade) unam suas forças para executar de fato o projeto e mostrar nos resultados que ainda é possível colaborar e ajudar na preservação do planeta.

Entretanto para que a região se desenvolva de uma forma sustentável é imprescindível que o turismo, uma das principais fontes de renda do município, seja explorado de forma sustentável, não comprometendo a fauna, a flora e a cultura

dos povos locais. Conforme demonstrado no capítulo anterior, o número de turistas no Município de Imbituba não para de crescer, acompanhando o crescimento do turismo mundial. Segundo PRADO (2009) a cada ano, mais de 800 milhões de pessoas circulam como turistas pelo planeta e é por isso que a indústria do turismo é a que mais cresce no mundo.

Esse potencial da indústria do turismo aliado com a preservação ambiental, tornam o Projeto Arakua uma ferramenta de desenvolvimento regional excepcional, pois todos os fatores (políticos, econômicos, geográficos, tecnológicos e sociais) estão favoráveis para a execução do projeto.

4.3. ANÁLISE SWOT

4.3.1. Ameaças

- falta de apoio e adesão dos empreendimentos comerciais e das associações comerciais;
- falta de apoio e adesão dos moradores locais e as associações existentes;
- falta de apoio e adesão dos turistas e visitantes;
- a falta de apoio e adesão dos atores citados acima, acarreta no não cumprimento das ações propostas, comprometendo desta forma o resultado esperado pelo projeto;
- instabilidade econômico financeira do país que pode acarretar o rompimento de patrocínio do projeto;
- dificuldade na obtenção de um patrocinador a longo prazo, isto é, que consiga apoiar o projeto pelo período de pelo menos 5 anos;

4.3.2. Oportunidades

- auxiliar no desenvolvimento da Praia do Rosa e do Município de Imbituba, além de torná-los exemplo de locais sustentáveis no cenário nacional e internacional (região / produto turístico sustentável);
- aumento da oportunidade de empregos para a população;
- oportunidade de estreitar o relacionamento com a população local;
- oferecer educação ambiental para a população local, principalmente para as crianças;

- tornar a PdR um destino turístico exemplar e com um perfil de turista diferenciado, isto é, aquele turista que se preocupa com o meio ambiente ao escolher seu destino de férias;
- alavancar a economia de forma sustentável;
- promover as outras atrações turísticas da região;
- maior facilidade na captação de verbas públicas para a execução dos projetos;
- destinação correta dos resíduos gerados;
- divulgação e expansão do projeto para outras regiões que tenham interesse em desenvolvê-lo;
- promover o bem estar da população.

4.3.3. Forças

- momento econômico, político, social, geográfico e tecnológico favorável;
- apoio da Prefeitura Municipal de Imbituba;
- promover o bem estar da população;
- oportunidade para as empresas patrocinarem um projeto que realmente realiza ações em prol do meio ambiente.

4.3.4. Fraquezas

- população local (principalmente pescadores) com baixo nível educacional, o que pode dificultar o aprendizado e a mudança de comportamento;
- falta de harmonia entre as associações locais;
- receio de investimento dos empresários e do poder público local;
- falta de adesão dos moradores locais e turistas da região.

4.4. MISSÃO DA EMPRESA

Mudar a forma de agir e pensar da sociedade, órgãos públicos e privados através das Atitudes Arakua.

4.5. DIRETRIZES DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Tornar o Projeto Arakua uma ferramenta de desenvolvimento regional, através do planejamento e execução de ações ambientalmente corretas, que gerem resultados expressivos e transparentes para a sociedade e *stakeholders*.

4.6. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Ser referência em planejamento e execução de projetos ambientais, que visam o desenvolvimento sustentável de regiões aliados com o bem estar da população.

A meta é que em 5 anos o Projeto Arakua já esteja atuando em pelo menos mais 4 municípios brasileiros.

4.7. ESTRATÉGIA GLOBAL DA EMPRESA

Propagar e difundir o Projeto Arakua para o maior número de localidades possível, através dos resultados expressivos e transparentes obtidos com a execução do Projeto piloto na PdR.

Com esses resultados, o Projeto ganhará credibilidade perante a sociedade e *stakeholders*, além ainda de se tornar referência em projetos ambientais de desenvolvimento regional.

Isso fará com que outras empresas e municípios tenham interesse em viabilizar o Projeto Arakua em suas localidades.

4.8. ESTRATÉGIAS FUNCIONAIS ESPECÍFICAS

A seguir apresentamos uma síntese do papel a ser desempenhado pelas principais funções da empresa.

4.8.1. Produção

A produção do projeto do Projeto Arakua diz respeito ao gerenciamento de todos os fornecedores envolvidos sejam executadas corretamente e gerem os resultados esperados.

Alguns exemplos do escopo de trabalho da equipe de produção são:

- coordenação de todas as ações propostas pelo projeto;
- escolher fornecedores ambientalmente corretos e que utilizem, de preferência, materiais recicláveis/recilados na concepção de seus produtos;
- coordenação das palestras e dos *workshops* ambientais para a população local;
- coordenação e treinamento da equipe de trabalho do projeto (Ex.: Espaço Arakua);

- definição dos locais estratégicos de positivação da estrutura física (Ex.: lixeiras, locais de armazenagem temporária de resíduos);
- definição dos locais estratégicos de positivação dos materiais de comunicação;
- acompanhamento do estado de conservação das estruturas do projeto;
- coordenação da coleta dos resíduos gerados na beira da praia e área urbana;
- mensuração da quantidade de resíduos gerados diariamente na beira da praia e na área urbana (resultados transparentes);
- geração de informações para a assessoria de imprensa;
- prestação de contas dos valores gastos com o projeto (transparência);
- execução de relatório final do período do verão;

4.8.2. Marketing / Vendas

As ações de marketing do Projeto Arakua terão dois direcionamentos específicos: 1) divulgar a realização do projeto para que o maior número de pessoas saibam de sua existência e 2) realizar ações de abordagem direta com o objetivo de sensibilizar e educar, através das Atitudes Arakua, os moradores, visitantes e turistas da região.

O principal papel será definir estrategicamente as melhores formas e ferramentas de divulgação do projeto, para que os dois direcionamentos acima consigam gerar resultados expressivos.

A atualização diária do site do Projeto será fundamental, pois além de ser o principal canal de comunicação com os simpatizantes, será o ambiente aonde as pessoas poderão verificar praticamente diariamente a quantidade de pessoas que estão sendo abordadas nas ações, a quantidade de lixo recolhida na praias e todas as demais estratégias que serão explicadas posteriormente.

Outro papel do marketing será acompanhar o trabalho da equipe de produção e levantar os resultados obtidos no dia a dia, com o objetivo de abastecer a assessoria de imprensa de informações relevantes para a divulgação do projeto.

4.8.3. Finanças

Controlar o uso da verba estipulado no orçamento projetado para a execução do Projeto Arakua. A otimização da utilização dos recursos será meta para a área

financeira, que terá que apresentar um balanço com os todos os gastos realizados na execução do projeto.

A transparência financeira é fundamental para que o projeto ganhe credibilidade principalmente da sociedade, do governo e da iniciativa privada. Isso fará com que a viabilidade do projeto em outras regiões seja facilitada.

4.8.4. Recursos Humanos

A equipe de recursos humanos do Projeto Arakua será formada por:

- 1 produtor geral: responsável pela gestão completa do projeto e toda a equipe operacional;
- 1 assistente de produção: auxiliar do produtor geral para a execução das tarefas diárias;
- 1 coordenador socioambiental: responsável pela elaboração de todo o material educacional do projeto (cartilhas, cartazes, conteúdo no site, etc) e pelo treinamento da equipe sensibilizadora;
- 2 coordenadores de praia: pessoas responsáveis pela boa execução dos trabalhos propostos na beira da praia (abordagem do público e colheita dos resíduos gerados);
- Equipe sensibilizadora: serão as pessoas responsáveis pela abordagem do público na beira da praia;
- 1 coordenador de resíduos: pessoa responsável pela gestão da equipe de coleta dos resíduos, pela pesagem dos materiais coletados e a correta destinação;
- Equipe coletora: pessoas responsáveis pela coleta do resíduos nas lixeiras (para evitar que elas fiquem cheias e as pessoas não tenham consigam jogar mais o lixo na lixeira) e destiná-lo corretamente;
- Assessoria de imprensa: responsável pela divulgação do Projeto Arakua e seus resultados nos principais meios de comunicação.

5. PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING

5.1. DIAGNÓSTICO

Atualmente a Praia do Rosa, apesar do Município de Imbituba apresentar um plano diretor voltado para a preservação socioambiental, ainda não apresenta a realização de ações efetivas para colocar os objetivos do plano diretor na prática.

Para se ter uma ideia, o município ainda não dispõe do serviço de coleta seletiva e apresenta problemas na coleta dos resíduos durante a temporada de verão – maior volume de resíduos do ano. Esse problema acontece tanto na zona urbana da PdR quanto na própria beira do mar, sendo que ao caminhar pelas ruas da PdR, você encontra facilmente lixo acumulado nas esquinas ou até mesmo pelo chão.

Atualmente a ACIM (Associação Comercial de Imbituba) com seu braço de empresários situados na Praia do Rosa, coordenam um projeto chamado “Jogue Limpo com a Praia do Rosa”, aonde com suas próprias forças atuam no recolhimento do lixo gerado e na colocação de lixeiras. Obviamente já é um começo, porém ainda não se fala em coleta seletiva e muito menos em um trabalho efetivo de conscientização dos turistas, visitantes e moradores da região. (ainda vou buscar mais fontes a respeito desse projeto “jogue limpo com a praia do rosa”).

5.2. PROGNÓSTICO

Como objetivo do Projeto Arakua é tornar a PdR um exemplo de sustentabilidade, todos os problemas diagnosticados serão solucionados através da execução das Atitudes Arakua.

O leque que abrange as 06 Atitudes Arakua fará com que a PdR se torne um ícone na preservação ambiental, atraindo a atenção da mídia e alavancando um novo perfil de visitante: aquele que busca destinos turísticos que de alguma forma estão preocupados com a preservação socioambiental do lugar.

5.3. AMEAÇAS

- falta de apoio e adesão em massa dos empreendimentos comerciais e das associações comerciais (poucos empresários estão preocupados com essa questão);
- falta de apoio e adesão dos moradores locais e as associações existentes;
- falta de apoio e adesão dos turistas e visitantes;
- a falta de apoio e adesão dos atores citados acima, acarreta no não cumprimento das ações propostas, comprometendo desta forma o resultado esperado pelo projeto;
- instabilidade econômico financeira do país que pode acarretar o rompimento de patrocínio do projeto;
- dificuldade na obtenção de um patrocinador a longo prazo, isto é, que consiga apoiar o projeto pelo período de pelo menos 5 anos.

5.4. OPORTUNIDADES

- auxiliar no desenvolvimento da Praia do Rosa e do Município de Imbituba, além de torná-los exemplo de locais sustentáveis no cenário nacional e internacional (região / produto turístico sustentável);
- aumento da oportunidade de empregos para a população;
- oportunidade de estreitar o relacionamento com a população local;
- oferecer educação ambiental para a população local, principalmente para as crianças;
- tornar a PdR um destino turístico exemplar e com um perfil de turista diferenciado, isto é, aquele turista que se preocupa com o meio ambiente ao escolher seu destino de turístico;
- alavancar a economia de forma sustentável;
- promover as outras atrações turísticas da região;
- maior facilidade na captação de verbas públicas para a execução dos projetos;
- destinação correta dos resíduos gerados;
- divulgação e expansão do projeto para outras regiões que tenham interesse em desenvolvê-lo;
- promover o bem estar da população.

5.5. OBJETIVO PARA 3 ANOS

Os objetivos do Projeto Arakua para o período de 3 anos são:

- consolidar as ações propostas para a Praia do Rosa;
- ter resultados expressivos e positivos do projeto em seus 3 primeiros anos de execução;
- ampliar o projeto para as demais regiões – praias e zona urbana – do Município de Imbituba;
- ter o reconhecimento e a adesão da população local, governo e da iniciativa privada;
- ser amplamente reconhecido no Estado de SC como o projeto pioneiro no estado em defesa do meio ambiente;
- ter reconhecimento nacional e internacional;
- ser um projeto referência na prática da sustentabilidade;
- estar atuando em pelo menos mais 2 municípios brasileiros.
- proporcionar reconhecimento e resultado para a Prefeitura Municipal de Imbituba, como um município pioneiro na execução de ações ambientais;
- proporcionar reconhecimento e resultado para as empresas que patrocinaram o projeto, ao associar seu nome a um projeto pioneiro na execução de ações ambientais;

5.6. OBJETIVO PARA 12 MESES

Os objetivos do Projeto Arakua para os primeiros 12 meses são:

- obter a adesão de todos os atores envolvidos, para que os resultados projetados sejam alcançados;
- obter os primeiros resultados da temporada de verão 2015/2016 para servirem de parâmetro para as próximas temporadas – estabelecimento de metas;
- ampliar a área de atuação do projeto na temporada de verão 2016/2017 para o bairro de Ibiraquera, que contempla a Praia do Rosa e a Praia de Ibiraquera;
- proporcionar reconhecimento e resultado para a Prefeitura Municipal de Imbituba, como um município pioneiro na execução de ações ambientais;

- proporcionar reconhecimento e resultado para as empresas que patrocinaram o projeto, ao associar seu nome a um projeto pioneiro na execução de ações ambientais;
- despertar o interesse de outros municípios para execução do projeto em suas regiões;

6. ESTRATÉGIA

6.1. ESTRATÉGIA PARA 3 ANOS

Para alcançar os resultados projetados para os 3 primeiros anos do Projeto Arakua existem itens que são de fundamental importância, tais como:

- captação dos recursos necessários para a execução do projeto a médio/longo prazo – pelo menos 5 anos;
- dar retorno, através de resultados e mídia, para os patrocinadores que investiram no projeto, além ainda de proporcionar que novas empresas se interessem em apoiar o projeto;
- realizar um trabalho de educação ambiental bem focado para obter a adesão da população local e dos estabelecimentos comerciais da PdR;
- ter a população e os estabelecimentos comerciais da PdR envolvidos e completamente engajados com o projeto;
- mensurar os resultados de cada temporada para serem explorados na mídia, além de dar credibilidade ao projeto e servirem de parâmetro para o estabelecimento de novas metas;
- mostrar que esses resultados estão gerando melhoria na preservação do meio ambiente e melhorando o bem estar da população;
- ter condições, através do sucesso do projeto piloto na PdR, de expandir o projeto para as demais praias de regiões do Município de Imbituba;
- ter condições de mostrar a evolução dos resultados obtidos no 1º ano do projeto com relação aos anos seguintes;
- com o sucesso do projeto e seus resultados, ter condições de realizar o projeto em outros municípios brasileiros;
- obter o apoio do próximo prefeito de Imbituba, pois em 2016 tem nova eleição;

6.2. ESTRATÉGIA PARA 12 MESES

A estratégia a curto prazo é fundamental e imprescindível para que o Projeto Arakua seja viabilizado, pois os 12 primeiros meses de execução serão os alicerces para o futuro do projeto. Ele tem que começar bem e ganhar a simpatia e

envolvimento de seus atores, pois caso isso não aconteça os resultados projetados podem ficar comprometidos.

Os 12 primeiros meses são divididos em 2 fases: a FASE I corresponde a temporada de verão 2015/2016 (de dezembro de 2015 a março de 2016) e a FASE II corresponde a preparação para a expansão do projeto para a temporada 2016/2017 (de abril de 2016 a novembro de 2016).

Sendo assim os principais itens da estratégia inicial para a execução da FASE I são:

- obter o apoio da Prefeitura Municipal de Imbituba;
- realizar uma ação para divulgar o projeto para a comunidade local, os estabelecimentos comerciais, as associações locais, de forma que o projeto ganhe simpatia e adesão desses atores;
- realizar um evento de lançamento para autoridades e assessoria de imprensa;
- é fundamental deixar claro para esses atores que o projeto conta com a ajuda deles, não somente para executar as tarefas em prol do meio ambiente, como também propor idéias e melhorias para o projeto – modelo participativo;
- ter condições de iniciar a FASE I do projeto já na temporada de 2015/2016, que consiste em atuar apenas na beira da praia e disponibilizar 03 pontos de coleta seletiva do lixo para pousada, casas e estabelecimentos comerciais;
- realizar um treinamento específico com a equipe sensibilizadora, que será formada por moradores locais, para que eles sejam os principais agentes multiplicadores do projeto nas areias da praia;
- atingir o maior número de pessoas, através de abordagem direta, na beira da praia. Para isso está previsto 02 barracas de conscientização, localizadas uma no canto norte e outra no canto sul da praia;
- realizar um bom trabalho de assessoria de imprensa para que o projeto esteja na mídia regional e nacional;
- realizar um trabalho bem feito para que as pessoas que forem atingidas por ele, realizem um boca a boca, ao divulgar em suas localidades as ações ambientais que estão sendo feitas na PdR;
- cumprimento do cronograma de produção dos materiais de comunicação e estruturas físicas necessárias para a execução do projeto;

A FASE II, responsável pela expansão do projeto, necessita do cumprimento das seguintes ações:

- tabulação dos dados referentes a temporada 2015/2016 (quantidade de lixo reciclável e comum coletado na beira da praia, quantidade de pessoas atingidas direta e indiretamente pelo projeto, estimativa da quantidade de turistas e visitantes durante a temporada na PdR, etc;
- estabelecer as metas para a temporada 2016/2017 da coleta de lixo, abrangência do projeto, envolvimento da comunidade local, estabelecimentos comerciais, etc;
- realizar um evento para apresentar o resultado do Projeto Arakua na temporada 2015/2016 e as metas para a temporada 2016/2017 para a comunidade local, estabelecimentos comerciais, autoridades e assessoria de imprensa;
- apresentar no evento acima o plano de ação para a expansão do projeto;
- envolver a comunidade para que ela possa também fazer sugestões para o Projeto Arakua – modelo participativo;
- definição da logística para a coleta do lixo recicláveis e comum no bairro de Ibiraquera;
- estruturação de todo o plano de ação para que na temporada 2016/2017 o Projeto Arakua tenha condições de atingir não somente a beira da Praia do Rosa, como também seja expandido para a zona urbana da PdR (através da coleta seletiva dos resíduos e da educação ambiental dos hóspedes das pousadas e casas de aluguel), sem falar na expansão para a zona urbana e beira da praia de Ibiraquera (também pertencente ao Município de Imbituba).
- realizar um ciclo de *workshops* para a comunidade local no decorrer do ano, para que na temporada eles estejam preparados para ensinar aos visitantes e turistas o que eles podem fazer para colaborar com o Projeto Arakua;
- executar o projeto, fortalecimento de marca, nos principais feriados nacionais;
- captar e realizar eventos ambientais com especialistas na área para reforçar e divulgar a intenção e ações do Município na área ambiental;
- realizar treinamento com a equipe sensibilizadora em novembro, para que no final de dezembro elas estejam preparadas para atender os turistas e visitantes da região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma proposta de um piloto do Projeto Arakua – Atitude Ambiental na Praia do Rosa com o objetivo principal de tornar esse destino turístico sustentável.

Analisando o cenário atual, onde toda a humanidade direciona seus olhares e preocupações para uma mudança de comportamento e atitude perante o meio ambiente, as ações propostas pelo projeto estão extremamente alinhadas com esse contexto.

Segmentando a análise pelos públicos que precisam estar engajados e comprometidos para o sucesso do projeto temos:

1. Órgãos Públicos

- ganharão credibilidade e fortalecimento da imagem com a população local, nacional e até internacional;
- aumentará as chances de preservar o meio ambiente, a cultura e as tradições locais, deixando um legado para as gerações futuras;
- poderão utilizar as ações do projeto como diferencial competitivo dos demais destinos turísticos;
- com o fortalecimento da imagem da região a tendência é aumentar o número de turistas e conseqüentemente as receitas e geração de emprego para o município;
- poderão otimizar a coleta seletiva, aumentando a receita e a geração de emprego proveniente desse modelo de negócio, além de dar exemplo e contribuir para a PNRS;
- criação de uma cultura ambiental da população local e conseqüentemente das próximas gerações.

2. Entidades Privadas

- poderão contribuir com a diminuição dos impactos ambientais causados por suas respectivas atividades empresariais;
- poderão utilizar essas ações ambientais como diferencial competitivo de mercado;
- com o aumento do fluxo de turistas e visitantes da região, terão maiores chances de uma alavancagem da receita proveniente do turismo;

- poderão diminuir os custos operacionais com o trabalho de educação ambiental e consequente redução do consumo de recursos.

3. Moradores Locais

- terão a oportunidade de obter maiores conhecimentos a respeito das práticas ambientais através das aulas e workshops de educação ambiental;
- terá a oportunidade de preservar o meio ambiente, a cultura e as tradições locais, deixando um legado para as gerações futuras;
- terá a oportunidade de morar em um local preservado e em harmonia com o meio ambiente;
- terá orgulho de dizer que mora na região e contribui com a preservação do meio ambiente, da cultura e das tradições locais;

4. Turistas e Visitantes

- terão a oportunidade de vivenciar e experimentar um novo conceito de turismo;
- terão a oportunidade de aproveitar um destino turístico sabendo que sua preservação está garantida para as gerações futuras;
- terá a oportunidade de obter maiores conhecimentos a respeito das práticas ambientais, da cultura e dos costumes locais.

Desta forma fica evidente a importância da execução de um projeto ambiental nos destinos turísticos com o objetivo de planejar sua exploração de forma sustentável, evitando seu crescimento de forma desordenada e aumentando os riscos da escassez de recursos e degradação das belezas naturais que definitivamente poderão comprometer o turismo na região.

8. REFERÊNCIAS

- AKATU. **Preocupação das empresas com a sustentabilidade abrange toda cadeia produtiva.** 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/57SDXX>>. Acesso em: 12.4.15.
- ALEGRETTI, Alexandre. **Explicando o Meio Ambiente.** Ed. Memory. Rio de Janeiro. 2001.
- AMBIENTE BRASIL. **Reciclagem.** Disponível em: <<http://goo.gl/KcAhO0>>. Acessado em 11.11.14.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. (org) **Gestão Ambiental : Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável.** 2º ed. MAKRON Books Ltda. 2002, 2000.
- CALLENBACH, Ernest. (Org) **Gerenciamento Ecologico, EcoManagement, Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecologica e Negocios Sustentáveis.** Editora Cultrix, São Paulo 1993.
- CASTILHOS JUNIOR, Armando Borges de. **Alternativas de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos para Pequenas Comunidades.** Coletânea de trabalhos técnicos. RiMa, ABES. Rio de Janeiro. 2002.
- BRANDÃO, Ana. **Aplice sua grana, melhore o planeta e saia lucrando.** 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/xMj2ti>>. Acesso em: 12.4.15.
- BRASIL. **Decreto de 14 de setembro de 2000.** Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981 e na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- BRUM, Maricelia da Luz. **Dados Praia do Rosa.** Chefe de Departamento Turístico da Prefeitura de Imbituba –SC, 2009.
- CARDEAL, Regina; SOUZA, Maurício. **Redecard entra no índice Dow Jones de Sustentabilidade.** 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/h9TKvK>>. Acesso em 12.4.15.
- CAMARGOS, Daniella. **Quanto vale a gestão responsável.** 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/JOHPMR>>. Acesso em 12.4.15.
- CEMPRE. **“Ciclossoft 2014, Radiografando a Coleta Seletiva”.** 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/Xe7yK9>>. Acesso em: 25.4.15.
- CONAMA. **Resolução CONAMA nº275 de 25 de abril de 2001.**
- COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo. Série Turismo.** São Paulo: Editora Aleph, 2002.
- DELTA UNIVERSAL, **Enciclopédia .** 1991.

- DINONÊ, Débora; SARMAZ, Leandro; SANTOS, Priscilla; VASCONCELOS, Yuri. **Quais são os tipos de energia limpa existentes?** 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/5z384u>>. Acessado em: 21.3.2015.
- EXLORE BRASIL. **Praia do Rosa**. Disponível em: < <http://goo.gl/Z0oxJe>>. Acesso em: 09.10.2014.
- GANEM, Roseli Senna. **Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de cerrado**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável de Brasília. Brasília, 2007.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Observação de baleias atrai turistas para Santa Catarina em Julho**, 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/ECw3CK>> Acessado em: 20.10.2014.
- GREENTECH. **Investimento em tecnologia verde salta 43%**. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/SFKb4X>>. Acesso em: 20.3.2015.
- HAMMES, V. S. **Construção da proposta pedagógica**. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2002. Vol. 1 179 p.
- HARRINGTON, H. James. **A implementação da ISO 14001 : como atualizar o SGA com eficácia**. São Paulo : Atlas, 2001.
- HERZOG, Ana Luiza. **Investimento verde em alta**. 2009. Disponível em < <http://goo.gl/UTzVQD>>. Acesso em: 12.10.2009.
- HOLANDA, Ana. **Investimento verde, aplicação madura**. 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/QxxbwS>>. Acesso em: 07.3.2015.
- IBAMA. **Sistema de Unidade de Conservação**. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/>> Acessado em: 23.3.2015.
- IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: < <http://goo.gl/Q7fyoq>> Acessado em: 20.3.2015.
- IPEA. **“Brasil perde R\$ 8 bilhões anualmente por não reciclar”**, 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/b6PiKl>>. Acesso em: 18.4.15
- IPEA. **“Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos”**, 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/hrs21q>>. Acesso em: 22.4.15.
- JÖRNO, Hans. **O verde é negócio**. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 1994.
- LEFF, Leff, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001. CDD - 3042
- LOUETTE, Anne. **Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade**. 1.ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007. Vários Colaboradores.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental da Administração Pública**. Disponível em: <<http://goo.gl/Ya2Sti>>. Acessado em 22.11.14.

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Categorias das Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://goo.gl/myseme>>. Acessado em 22.11.14.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional dos Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<http://goo.gl/R7Y6FQ>>. Acessado em 22.11.14.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Disponível em: <<http://goo.gl/zm2Myf>>. Acessado em 22.11.14.
- MUNICÍPIO DE IMBITUBA. **Lei Complementar Nº 2623, de 19 de Março de 2005**. Disponível em: <<http://goo.gl/CSnpku>>. Acessado em: 22.11.14
- NUNES, Mônica; **Energia limpa pode gerar 8 milhões de empregos**, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/xGli9N>>. Acesso em: 20.10.2014.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia**, Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1983.
- PALAZZO JR, José Truda; GROCH, Karina Rejane. **Área de Proteção da Baleia Franca – Guia do Visitante**, 2002. Projeto Baleia Franca, IWC/Brasil, Imbituba, SC.
- PILEGGI, Mônica. **National Geographic lança Dossiê Terra 2010**. Disponível em: <<http://goo.gl/5S4TT8>>. Acesso em: 12.10.2009.
- PLANETA SUSTENTÁVEL. **Os labirintos do Protocolo de Kioto**, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/AxFmCH>>. Acesso em: 10.10.2009.
- PRADO, Thays. **Entenda a COP 15**, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/NUZ0SG>>. Acesso em 10.10.2014.
- PRADO, Thays. **Turismo a favor do planeta**, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/dL6oym>>. Acessado em: 24.10.2014.
- RODRIGUES, V. R. **Muda o mundo Raimundo!: educação ambiental no ensino básico do Brasil**. Brasília. WWF, 1997. 188 p.
- ROMEIRO, Danilo. **Dossiê Terra: bela e chocante radiografia do planeta**, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/WHvofO>>. Acesso em: 12.10.2009.
- RUSHMANN, Doris V. M. **Um enfoque promocional**. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- SANTUR. **A Praia do Rosa é a única baía brasileira a figurar no seletor Club Des Plus Belles Baies Du Monde, 2014**. Disponível em: <<http://goo.gl/R8cr9A>>. Acessado em 22.10.2014.
- SEMA, **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos hídricos**. Curitiba, 2001.
- SPITZCOVSKY, Débora. **Palestras sobre economia sustentável e colaborativa**, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/20wkjC>>. Acesso em: 12.11.2014.

UFSC. **Laboratório de História Indígena da UFSC**, (Dicionário Dooley - Mbya Guarani), 2008.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico: receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados**. São Paulo: Pioneira, 1999.

VIÉGAS, Flávio. **Entre as melhores do mundo**, 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/uOsuI9>>. Acesso em: 09.10.2014.

VILHENA, André. **Guia da Coleta Seletiva de Lixo**. São Paulo: CEMPRE

WALDMAN, Maurício; SCHNEIDER, Dan Moche **Guia ecológico doméstico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.